



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Aldeias de Crianças SOS: um instrumento na interrupção dos ciclos de pobreza

Joana Filipa Martins Jordão

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador(a):

Professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto,
Investigadora Integrada Centro de Estudos Internacionais (CEI)
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Departamento de Economia Política

Aldeias de Crianças SOS: um instrumento na interrupção dos ciclos de pobreza

Joana Filipa Martins Jordão

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador(a):

Professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto,
Investigadora Integrada Centro de Estudos Internacionais (CEI)
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro 2022

À minha família e namorado

Agradecimento

Aos meus pais que sempre me incentivaram a nunca desistir e a perseguir aquilo que sempre foram os meus interesses e gostos. Que sempre me incentivaram a seguir os meus objetivos e que nunca me deixaram desistir.

Ao Leonardo que diariamente me incentiva a ser melhor e a nunca desistir de mim e que acredita em mim mesmo quando eu não mesma acreditava.

À minha professora orientadora Maria Antónia Barreto que me incentivou a apresentar sempre o melhor.

A todos um muito obrigada por fazerem isto acontecer!

Resumo

As Aldeias de Crianças SOS são uma instituição presente em Portugal há mais de cinquenta anos e nesse período já acolheram inúmeras crianças desempenhando um papel fundamental na formação de cidadãos.

A pobreza e a educação têm uma relação muito estreita e influenciam-se mutuamente. A quebra dos ciclos reprodutivos da pobreza é influenciada pelos níveis de educação dos quais os indivíduos têm acesso. Quanto maior o acesso a educação de qualidade mais reduzidos serão os níveis de pobreza.

Procurou-se então uma investigação qualitativa utilizando entrevistas a técnicos que trabalham na Aldeia SOS de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia. Foi possível verificar que estas crianças passam a ter acesso a educação dita formal e informal o que muitas previamente ao acolhimento não tinham. Isso dá-lhes a oportunidade então de aceder a uma formação que tenta deixá-los melhor preparados para o mundo. Conclui-se então que as Aldeias de Crianças SOS têm um papel importante na quebra dos ciclos reprodutivos da pobreza fazendo um trabalho sempre focado para o presente e futuro destas crianças.

Palavras-chave: Educação, pobreza, Aldeias de Crianças SOS

Abstract

SOS Children's Villages have been present in Portugal for more than fifty years and during this time they have taken in countless children, playing a fundamental role in the formation of citizens.

Poverty and education have a very close relationship and influence each other. The breaking of the reproductive cycles of poverty is influenced by the levels of education that individuals have access to. The greater the access to quality education the lower the levels of poverty.

A qualitative research was then carried out using interviews with technicians working in the SOS Village of Gulpilhares, Vila Nova de Gaia. It was possible to verify that these children have access to formal and informal education, which many of them did not have prior to their arrival. This gives them the opportunity to access an education which tries to make them better prepared for the world. We conclude that SOS Children's Villages have an important role in breaking the reproductive cycles of poverty by always focusing on the present and future of these children.

Keywords: Education, poverty, SOS Children's Villages

Índice

Agradecimento.....	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Introdução.....	1
Capítulo 1. A Associação das Aldeias de Crianças SOS.....	5
Capítulo 2. Educação e pobreza.....	11
2.1. Desenvolvimento	11
2.2. Pobreza	18
2.3 Educação	20
2.4 A relação entre educação e pobreza.....	21
Capítulo 3. Metodologia.....	27
3.1. Problemática.....	27
3.2 Pergunta de partida.....	27
3.3 Objetivos da investigação.....	27
3.4 Paradigma da investigação.....	27
3.5 Método de investigação.....	28
3.6 Técnicas de recolha de dados.....	29
3.7 Técnicas de tratamentos de dados.....	30
3.8 População do estudo.....	30
3.8 Questões éticas.....	31
Capítulo 4. Apresentação, análise e comentário de dados.....	33
4.1 Caracterização dos entrevistados.....	33
4.2 Perfil de chegada das crianças.....	33
4.3 Intervenção na educação.....	34
4.4 Percurso na educação.....	36
4.5 O perfil das famílias.....	38

4.6 Sucesso dos jovens.....	39
Capítulo 5. Conclusões	43
Referências Bibliográficas	45
Anexos.....	49

Introdução

As Aldeias de Crianças SOS são uma Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS) presente em Portugal desde 1964 que acolhe crianças e jovens que não têm a possibilidade de crescer com as suas famílias biológicas. Foi escolhida como objeto de estudo desta dissertação por manter uma relação laboral com a mesma há mais de dois anos e por conhecer de perto o trabalho que desenvolvem reconhecendo a importância deste trabalho para estas crianças e jovens no seu desenvolvimento.

Com esta dissertação pretende-se identificar percursos de sucesso seja ele académico ou social e analisar diferentes estratégias implementadas nas Aldeias SOS para valorizar esse mesmo sucesso assim como analisar as expectativas dos intervenientes (psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, cuidadoras de referência) sobre o processo de integração dos jovens. Definimos então a seguinte questão de partida: como neste modelo de acolhimento a educação formal e informal são tidas em consideração e de que forma se tenta atingir o sucesso e não a reprodução de ciclos de pobreza.

Portugal tem um dos mais altos níveis de desigualdade de rendimentos da Europa. Este nível de desigualdade é comparável ao que existe na América do Norte que é tido como a zona com maior nível de desigualdade no mundo desenvolvido (Carneiro, 2008). Grande parte das pessoas a viverem em pobreza extrema falta-lhes uma educação básica. Aqueles que vivem abaixo do limiar da pobreza muito provavelmente deixarão os seus filhos fora da escola, o que significa que os filhos terão uma maior probabilidade de também viverem na pobreza no futuro. A educação abre a porta a empregos, recursos, e capacidades que uma família precisa não só para sobreviver, mas também para prosperar. Acesso a educação primária de qualidade e o suporte ao bem-estar das crianças é uma solução reconhecida globalmente para o ciclo da pobreza. A educação está relacionada com muitas soluções para a pobreza como: crescimento económico; desigualdade de rendimentos, redução da mortalidade infantil e materna, atrofia reduzida, redução da vulnerabilidade ao HIV e SIDA, redução da violência em casa e na sociedade. A educação leva a capacitação que leva a maior produtividade e consequentemente menor pobreza. Em suma, a educação afeta então a pobreza de três formas (Carneiro, 2008):

- 1- Educação desenvolve capacidades e habilidades;
- 2- Educação pode combater a desigualdade;
- 3- Educação pode diminuir o risco e vulnerabilidade.

Grandes marcos internacionais no que toca à problemática da educação foram: a Declaração Universal do Direitos Humanos e o projeto “Educação para todos”. Segundo a Declaração Universal do Direitos Humanos:

“Artigo 26.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

Temos assim a primeira formalização em 1948 por parte da Organização das Nações Unidas da importância da educação para sociedade em geral. Já o projeto Educação para todos foi uma iniciativa internacional que foi lançada em 1990 que tinha como objetivo trazer os benefícios da educação para todos os cidadãos em todas as sociedades, para alcançar este objetivo deu-se uma grande aliança entre governos nacionais, grupos da sociedade civil e agências de desenvolvimento como a UNESCO e o Banco Mundial. Para estas organizações a preocupação central era a de atingir seis objetivos específicos de educação: 1) Expandir e melhorar a educação e os cuidados abrangentes na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas; 2) garantir que até 2015 todas as crianças, especialmente meninas, aquelas em circunstâncias difíceis e aquelas pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a uma educação primária completa, gratuita e obrigatória de boa qualidade; 3) garantir que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam por meio do acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e capacidades para a vida; 4) atingir uma melhoria de 50% na alfabetização de adultos até 2015, especialmente para mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos; 5) eliminar as disparidades de género na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de género na educação até 2015, com foco em garantir às meninas o acesso pleno e igualitário e o aproveitamento na educação básica de boa qualidade; e 6) melhorar todos os aspetos da qualidade da educação e garantir

excelência de todos, de modo a que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização, matemática e capacidades essenciais para a vida.

Contudo, sendo a educação um motor importante de desenvolvimento reconhecido pelas organizações internacionais ela começa em primeiro lugar a um nível micro na realidade diária de muitas crianças e é muito mais do que a educação formal propriamente dita nas escolas onde os estudantes têm um leque enorme de disciplinas e aprendem matérias desde as humanidades às ciências exatas. A educação passa também pela esfera a nível informal aquela que é aprendida diariamente tendo a família um papel crucial.

A família permite a constituição de um ambiente favorável à realização pessoal dos membros que a constituem, contudo ao mesmo tempo constitui um espaço onde acontecem muitas situações de violência. Para Teresa Cansado (2008) a violência na família moderna quase que se assume como um componente “normal”, ela resulta então de determinantes estruturais assim como de características específicas da família moderna.

“Neste sentido, a família moderna ao constituir-se como uma unidade de apoio e afecto e, simultaneamente, como local “privilegiado” para a violência vive nos dias de hoje um paradoxo social.” (Cansado, 2008:2).

O fenómeno da criança maltratada resulta de processos estruturais de exclusão social sobre certas camadas sociais e as suas repercussões são ainda mais profundas e contribuem para fenómenos de desagregação social assim como facilita a reprodução do ciclo de pobreza. Para Cansado (2008) existem dois marcos cruciais que assinalam em Portugal a importância dada à infância. O primeiro marco é a primeira lei em Portugal de protecção à criança: “Lei de Protecção à Infância” surge em 1911, ano em que também foi criado o tribunal de menores. E o segundo que surge em 1962 com a fundação da Organização Tutelares de Menores (revista pela Organização Tutelar de Menores de 1978) que veio reforçar uma intervenção do tipo preventivo e o papel da família. A intervenção não estatal foi alargada na década de 80 com uma grande diversidade de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social, Linhas SOS- Criança e por Comissões de Protecção de menores. As crianças passam assim a ter direitos e sendo um deles o da protecção não só por parte do estado, mas também por parte da sociedade.

A dissertação está organizada por capítulos e subcapítulos. No primeiro o foco será apresentar as Aldeias de Crianças SOS e todo o trabalho que desenvolvem pelo mundo, mas mais especificamente em Portugal. As Aldeias de Crianças SOS em Portugal atuam em Portugal Há mais de cinquenta anos com dois programas principais. Um programa de acolhimento de

crianças e jovens retirados às suas famílias biológicas, esse acolhimento é feito em aldeias que ficam em Vila Nova de Gaia, Cascais e Guarda. E o segundo programa de apoio a famílias que estão sinalizadas pela Segurança Social que tem como objetivo o fortalecimento daquela família para que a criança não seja retirada.

No segundo capítulo intitulado “Educação e pobreza” onde irei definir estes dois conceitos e a relação entre os dois. A pobreza é muitas vezes definida como a falta de rendimentos que asseguram um mínimo necessário. E a educação é vista como um fator que permite níveis de capital humano que são essenciais ao desenvolvimento económico.

O terceiro capítulo é o enquadramento metodológico com uma investigação qualitativa com base em entrevistas a funcionários da Aldeia SOS de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia). A questão da privacidade e ética foi crucial nesta dissertação por se tratar de crianças e jovens em situações de proteção.

No quarto capítulo a apresentação de resultados e a sua discussão e comentário, onde se demonstra de que forma estas crianças passam a ter a oportunidade de estudarem e de completarem o ensino obrigatório e algumas de prosseguirem com os estudos. E por fim a conclusão.

CAPÍTULO 1

As Aldeias de Crianças SOS

A Associação das Aldeias de Crianças SOS é uma instituição que se formou no final da segunda Guerra Mundial (1949) por Hermann Gmeiner, contudo só chegou a Portugal em 1964 pelas mãos de Maria do Céu Mendes Correia e Palmira Cabrita Matias. Atualmente as Aldeias SOS estão presentes em 138 países tendo como foco cinco áreas de intervenção: Proteção, Prevenção, Saúde, Educação e Emergência e tornou-se membro consultivo do Conselho Económico e Social da ONU com o estatuto de “ONG com status consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas” sendo ainda nomeada 14 vezes para o prémio Nobel da Paz. São uma organização internacional sem fins lucrativos que apoia a infância com mais de 2800 programas espalhados pelo mundo, tendo ajudado em 2021 mais de 1.2 milhões de crianças, jovens e famílias (International Annual Report, 2021 SOS Children’s Villages). Existem 1479 programas de cuidados alternativos, 466 escolas, centros sociais e de formação, 62 centros médicos, 31 programas de emergência e 719 programas de fortalecimento familiar (Relatório de Atividades, 2022).

Em Portugal o trabalho das Aldeias SOS foca-se em duas áreas de intervenção: no âmbito da proteção e da prevenção com dois programas atualmente ativos. O primeiro programa é o de acolhimento de crianças que por diversos motivos ficaram sem cuidados parentais, grande parte delas devido negligência (95%) ou maus-tratos físicos ou psicológicos (41,3%, Relatório de Atividades, 2022). O acolhimento feito tem por base um modelo de cariz familiar que consiste na existência de aldeias, ou seja, conjuntos de casas onde estas crianças vivem com os seus irmãos nunca existindo essa separação e onde eles podem permanecer até aos vinte cinco anos. Em cada casa da aldeia habitam no máximo cinco crianças, tendo uma equipa “casa” responsável por estas crianças e jovens. A equipa é constituída primeiramente por cuidadoras de referência que têm um papel de gestão da casa e perceber quais são as primeiras necessidades das crianças que habitam nela e muitas vezes funcionando como figura maternal ou paternal, dando bastante apoio emocional. Em segundo lugar as casas têm uma equipa técnica especializada composta por psicólogo, assistente social e educador social que lidam com questões mais ligadas ao trauma que estas crianças sofreram. As Aldeias SOS onde é feito o acolhimento localizam-se em Bicesse (Cascais, 1967), Gulpilhares (Vila Nova de Gaia, 1980) e Guarda (1986) e onde em 2021 oitenta crianças foram acolhidas (Relatório de Atividades,

2022). Das 80 crianças acolhidas em 2021 56,2% eram rapazes e 43,8% raparigas destes 10% eram menores de 9 anos e 88,6% eram maiores de 12 anos. As crianças são acolhidas durante um tempo médio de 7 anos e 54,3% dos jovens transita para processos de autonomização (Aldeias de Crianças SOS: “Relatório de Atividades 2021”, 2022).

O segundo programa foca-se na prevenção e tem como nome Programa de Fortalecimento Familiar (PFF). Estão quatro respostas ativas em Portugal Continental: Rio Maior (2012), Guarda (2013), Oeiras (2015) e Vila Nova de Gaia (2022). Este programa tem como objetivo auxiliar famílias que possam estar envolvidas em processos junto da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), portanto aqui a criança ainda está sob cuidados parentais, contudo estes podem estar a ameaçar o bem-estar da criança ou do jovem. Promove-se então uma intervenção colaborativa de diferentes técnicos com vista ao desenvolvimento de competências parentais com o objetivo de promover o bem-estar da criança. Estes programas funcionam como Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) e apoiaram em 2021 trezentas e catorze crianças e aproximadamente duzentas e quatro famílias segundo o Relatório de Atividades 2021 das Aldeias de Crianças SOS Portugal (lançado em 2022). Das crianças e jovens apoiados 48% são rapazes e 52% são raparigas e são acompanhadas em média dezoito meses. De todos os processos que decorreram grande parte deles (cerca de 131 processos) foram de preservação familiar o que significa que se tentou manter unidas famílias que estavam a passar múltiplos problemas; contudo também foram apoiadas 55 famílias no sentido do ponto de encontro familiar (famílias onde os pais estão divorciados, por exemplo, e se procura mediar a comunicação pelo maior interesse da criança) e 18 processos de reunificação familiar ou seja famílias onde a criança já tinha sido retirada por ordem judicial contudo procurou-se o seu reencontro (Aldeias de Crianças SOS: “Relatório de Atividades 2021”, 2022).

Mais recentemente, no final de 2021, as Aldeias SOS Portugal deram origem ao projeto Jovens Estrangeiros Não Acompanhados (JENA) inserido no programa de cuidados alternativos que vem do compromisso que Portugal fez junto da Comissão Europeia de acolher cerca de quinhentos Menores Estrangeiros Não Acompanhados (MENA) que surgiram devido à crise de refugiados no final de 2019. Neste projeto as Aldeias SOS fornecem então duas respostas: a primeira sob a forma de apartamentos de autonomização que são apartamentos da associação inseridos na comunidade onde os jovens são acolhidos e apoiados de forma a que consigam fazer uma transição para a idade adulta; a segunda medida consiste na criação de uma equipa de intervenção comunitária que vai acompanhar os jovens JENA que já têm um maior nível de integração e possuem competências de autonomia e por isso já estão de alguma forma

integrados na comunidade. Os jovens beneficiários deste programa são jovens requerentes de asilo no âmbito do Programa Europeu de Recolocação.

O acolhimento que é feito nas aldeias SOS é centrado em primeiro lugar na quebra dos ciclos reprodutivos da violência, contudo muitas vezes essa violência advém principalmente da carência económica. Segundo Adeboye, Guerreiro e Höjer (2019) a família ao longo dos anos continua a ser o melhor lugar para educar uma criança até à idade adulta, quando a família falha os parâmetros sociais dessa educação e diretamente ou indiretamente predispõe esta criança a trajetórias de vida diferentes existem então instituições que passam a cuidar destas crianças. Os motivos que levam a que as crianças acabem nestas instituições são: família de origem pobre, orfandade, guerra, conflitos, violência, negligência, abuso, dependência e alcoolismo dos pais.

O mais comum é a sociedade considerar que todas as crianças estão a ter o mesmo acesso a oportunidades o que na verdade não está a acontecer. Nem todas as famílias estão no mesmo patamar porque a sociedade é caracterizada por desigualdades, mas acreditamos que por exemplo todas as crianças estão na escola visto ser obrigatório até aos 18 anos em Portugal. Segundo a lei nº85/2009, de 27 de agosto que prevê o regime de escolaridade obrigatória que confere a idade escolar dos 6 aos 18 anos e diz-nos no Artigo 2º:

“3 - A escolaridade obrigatória implica, para o encarregado de educação, o dever de proceder à matrícula do seu educando em escolas da rede pública, da rede particular e cooperativa ou em instituições de educação e ou formação, reconhecidas pelas entidades competentes, determinando para o aluno o dever de frequência.

4- A escolaridade obrigatória cessa:

- a) Com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário da educação; ou
- b) Independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos.

5 - Os procedimentos exigíveis para a concretização do dever de proceder à matrícula e respectiva renovação são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.” (Lei nº85/2009)

Isto pode de facto não estar a acontecer quando temos um jovem que chega à Aldeia SOS de Gulpilhares com 16 anos sem saber ler ou escrever.¹ A nível mundial segundo o “Global

¹ Então é nestes momentos que se torna importante pensar no que é que está a ser feito para inverter esta situação em específico visto se tratar de um jovem analfabeto, no caso deste jovem por estar nesta instituição de acolhimento teve acompanhamento por parte de uma professora em regime de ensino doméstico visto que devido à idade dele, ele não seria capaz de acompanhar as matérias que estariam a ser lecionadas ao nível correspondente à idade dele.

Education Monitoring Report” (2020) estima-se que 258 milhões de crianças e jovens não estão na escola e que em países com rendimentos médios mais baixos os adolescentes dos seios familiares mais ricos são três vezes mais prováveis de completar o ensino secundário em relação aqueles de seios mais pobres.

A cultura é algo que também nos é transmitido socialmente a partir do momento em que nós nascemos e é algo que tomamos como nosso e daí vêm muitas ideias para as quais seguimos visto que também são práticas muito antigas e recorrentes:

“Through cultures, the individuals generate awareness in terms of norms, values, standards and principles, which are regarded to be of utmost significance for the individuals in enriching their lives. From the stage of early childhood, the individuals are imparted knowledge in terms of cultures from their family members as well as teachers. As the individuals grow, they need to put into operation the cultures, so they are able to enrich their lives.”(Kapur, 2020:1)

Como os seres humanos são seres sociais, incapazes de viver sozinhos precisamos sempre dos outros seja direta ou indiretamente. As crianças desenvolvem competências sociais que são obtidas através da maturidade e aprendizagem estimuladas pelo seu ambiente seja pelo ambiente familiar, colegas ou escolas e círculos escolares. Segundo Setiawati (2020), existem vários fatores que afetam o desenvolvimento social de uma criança que incluem:

- a oportunidade de se associarem a pessoas com passados diferentes;
- existe um interesse e motivação das crianças para se darem bem;
- existe orientação e ensinamento de outras pessoas que se tornam em modelos ou figuras de identificação;
- existe uma oportunidade para comunicar bem, ou seja, a criança pode revelar o que sente da forma mais clara possível.

A família então é o primeiro ambiente educacional e tem um papel muito importante na formação do caráter da criança, na família as crianças têm o primeiro contacto com normas e valores. Assim:

“Through daily interaction, children can feel themselves worthy of a family that is able to prepare and provide an educational attitude or character so that their personality is directed and professional.” (Setiawati 2020:159)

A educação de uma criança é esperada que seja dada numa fase inicial pela sua família então como essa família trata essa criança terá um impacto no desenvolvimento do carácter dessa criança.

Segundo o relatório anual internacional 2021 das Aldeias de Crianças SOS após vinte cinco anos de progresso constante na redução da pobreza a tendência alterou-se e assistimos novamente ao aumento da mesma com mais de 115 milhões de pessoas a irem para pobreza. Para as Aldeias de Crianças SOS a nível internacional o papel crucial da educação é fundamental num desenvolvimento saudável e bem-estar da criança sendo a chave para uma vida de dignidade, respeito e independência:

“With a focus on children who have lost or are at risk of losing parental care, we want to ensure that every child has the opportunity to develop to their full potential and become self-supporting active members of society.” (SOS Children’s Villages, 2016)

Educação e Pobreza

2.1. Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento surge no pós II Guerra Mundial com uma conotação economicista, ou seja, era feita uma associação entre desenvolvimento e crescimento económico por vezes tem sido definida em moldes mais gerais como o aumento do nível de vida das pessoas contudo outros vão mais além e dizem que o

“O desenvolvimento económico deve ser definido como uma melhoria sustentada e secular no bem-estar material [...], reflectida num fluxo crescente de bens e serviços», ou que «essencialmente o problema do desenvolvimento económico é o do aumento do nível de rendimento nacional através de um produto per capita acrescido, de forma que cada indivíduo possa consumir mais” (Amaro, 2003:9).

E por isso muitas vezes se utilizou indicadores de crescimento económico, como o PIB per capita (Produto Interno Bruto), para se verificar o nível de desenvolvimento dos países. Esta visão economicista teve como principais consequências: considerar o crescimento económico como a condição única para o desenvolvimento à qual levava à melhoria das condições de vida da população visto que todas as outras áreas da vida dependiam do crescimento económico; e a medição dos níveis de desenvolvimento utilizando exclusivamente indicadores económicos. À associação entre desenvolvimento e crescimento económico juntaram-se termos como industrialização e modernização, então o subdesenvolvimento caracterizava-se como um fracasso de modernização e industrialização que caracterizava por exemplo os meios rurais visto que não iam de acordo com o progresso que acontecia nas cidades. Onze mitos surgiram desta associação: economicismo, produtivismo, consumismo, industrialismo, tecnologismo, quantitativismo, antropocentrismo, racionalismo, urbanicismo, etnocentrismo e uniformismo (Amaro, 2003).

Segundo Williams (2014), o desenvolvimento como uma área académica institucionalizada e especializada foi caracterizado por três tensões nas suas origens:

- 1) tensão entre a geração de conhecimento amplamente aplicável e prescrições de políticas e a geração de conhecimento de sucessos e fracassos de desenvolvimento específicos;
- 2) tensão entre gerar conhecimento do "desenvolvimento" como um processo de transformação estrutural (que de alguma forma replica a transição para a "modernidade" com tudo o que isso implica - industrialização, urbanização e assim por diante) e gerar conhecimento

de problemas e questões associados à falta de desenvolvimento (acesso a água potável, desnutrição, mortalidade materna entre outros);

3) tensão entre a economia, a disciplina primária em que o desenvolvimento foi estudado, e a contribuição de outras disciplinas académicas.

Neste período de institucionalização do conceito pós II Guerra Mundial tentava-se perceber o processo do desenvolvimento num mundo menos desenvolvido e ao mesmo tempo dar conhecimento que pudesse gerar prescrições políticas que podiam ser utilizadas por países em desenvolvimento e agências.

As intervenções à época que eram feitas no âmbito do desenvolvimento tinham num primeiro nível preocupações económicas e de uniformização (como processos de investimento em capital físico, inovação tecnológica e melhorias na produtividade) e a um segundo nível preocupações sociais (como ação social, educação, entre outros). No segundo nível de preocupações sociais as opções metodológicas passavam por: intervenções tecnocráticas que eram definidas, dirigidas e avaliadas por técnicos; sempre a partir das pessoas que são o objeto da intervenção ou os beneficiários/ utentes/ público-alvo; de natureza exógena (partiam de fora para dentro); e com incidência sectorial.

Nos anos 1960/70 existiu um ponto de mudança e surgiram os conceitos de desenvolvimento alternativo que moldaram o estudo do desenvolvimento até aos dias de hoje:

“Esta segunda geração de políticas, de afirmação da microeconomia e da “mão invisível” do mercado, é orientada agora para a industrialização induzida por exportações. Este tornar-se-á o paradigma dominante nas abordagens ao desenvolvimento até à actualidade, embora apresentando (mais recentemente) algumas variantes e um maior hibridismo.” (Ferreira e Raposo, 2017: 117-118)

A tentativa de reformular e renovar o conceito economicista de desenvolvimento levou ao surgimento de conceitos alternativos de desenvolvimento (sustentável, humano, local, participativo, social, integrado) e com eles novos princípios estratégicos que incluíam a multidimensionalidade, enfoque nas capacidades e não apenas nas necessidades, valorização da participação, multilateralidade, relação mais próxima da natureza e ambiente, multiprotagonismo dos processos de desenvolvimento e diversidade. Surgiram novas opções metodológicas que passavam por: territorialização, participação, *empowerment*, visão integrada, trabalho em parceria, flexibilidade, planeamento com improvisação, avaliação permanente, conjugação de competências. O desenvolvimento deixa de ser visto apenas a partir

da perspectiva económica e passando a integrar um número grande de disciplinas com diferentes visões e metodologias sendo um processo mais completo e abrangente. Esta mudança de paradigma deveu-se a inúmeros fatores como: descontentamento dos países do terceiro mundo relativamente às expectativas do desenvolvimento, mau estar social nos países ditos desenvolvidos, tomada de consciência pelas questões ambientais, múltiplas crises económicas, e crises nos países socialistas. Toda esta conjuntura deu origem a novos conceitos de desenvolvimento: sustentável, local, participativo, humano, social e integrado. Nos anos 1990 surgiram inúmeras críticas pós-desenvolvimentistas aos conceitos alternativos:

1) quando o conceito de desenvolvimento surgiu foi segundo os modelos e os interesses dos países do noroeste;

2) terá sido utilizado como ferramenta de dominação e de luta geoestratégica;

3) conceito capitalista, neocolonialista e patriarcal;

4) as tentativas de reabilitar e renovar o conceito de desenvolvimento através dos conceitos de desenvolvimento alternativo foram apropriados e recuperados pelo sistema e pelos dominantes. (Amaro, 2017)

Devido a estas críticas Amaro (2017) defende que o conceito devia ser banido e abandonado dando lugar a uma visão epistemológica a partir do sul global dando origem aos conceitos alternativos ao desenvolvimento. Estes novos conceitos tinham como referência as experiências e valores das comunidades do “Sul Global”, “assentando em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (Amaro, 2017: 93-94) aprendendo com as experiências por vezes informais de diferentes formas de organização social. Alguns conceitos que surgiram tendo como base o sul: “buen vivir”, “felicidade” ou “Felicidade Interna Bruta”, “wellbeing” ou bem-estar, “florescimento humano” e “ubuntu”.

Preocupações com o desenvolvimento a ser mais do que rendimento e riqueza mudaram o foco para as pessoas. A perspectiva do desenvolvimento humano demonstrou que este é visto como um processo que aumenta a escolha das pessoas e é visto como um meio e como um fim. A expansão da abordagem do desenvolvimento humano feita por Amartya Sen (2000) foi chamada a abordagem das *human capabilities*. Segundo o autor o desenvolvimento humano precisa de ser visto como um processo de expansão das capacidades das pessoas. A pobreza das capacidades está relacionada como a privação de oportunidades, escolhas e direitos. Sen vê o desenvolvimento como liberdade e esta inclui a educação uma vez que esta intensifica as capacidades das pessoas. Em suma, para o autor o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expandir as liberdades reais que as próprias pessoas apreciam. Esta visão contrasta com outras que identificam o desenvolvimento com o crescimento do PIB, ou com o

crescimento dos rendimentos individuais, industrialização, avanços tecnológicos, ou modernização social. O crescimento do PIB ou dos rendimentos individuais pode ser importante como um meio para expandir as liberdades que são apreciadas pelos membros da sociedade. Contudo as liberdades dependem de outros determinantes como arranjos sociais e económicos (exemplo: instalações para saúde e educação), assim como direitos políticos e civis (participação em discussões públicas). O foco no desenvolvimento em termos de expandir as liberdades substantivas direciona a atenção para o desenvolvimento como um fim e não apenas como um meio. O desenvolvimento requer então a remoção de grandes fontes de falta de liberdades: pobreza como tirania, fracas oportunidades económicas assim como sistemática privação social, negligência de instalações públicas assim como intolerância ou hiperatividade opulência de estados repressivos (Sen,2000)

A liberdade é central para o processo do desenvolvimento de duas formas distintas: em primeiro lugar a razão avaliativa, ou seja, a avaliação do progresso tem sido feita primeiramente em termos se as liberdades das pessoas melhoraram e em segundo lugar a razão de eficácia, a realização do desenvolvimento era pensada dependendo da agência livre das pessoas, para esta razão é necessário olhar para as conexões entre diferentes liberdades. Existem, segundo Sen, cinco tipos distintos de liberdades que são a partir de uma perspectiva instrumental: liberdades políticas; instituições económicas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora. Cada um destes tipos de direitos e oportunidades ajuda no avanço das capacidades de uma pessoa. As liberdades não são apenas o principal fim do desenvolvimento também estão entre os seus principais meios. Ver o desenvolvimento em termos das liberdades substantivas tem implicações de longo alcance para a compreensão do processo do desenvolvimento e também para as formas e meios de o promover (Sen, 2000)

Existem duas razões distintas para a importância da liberdade individual no conceito de desenvolvimento: a avaliação e eficácia. As liberdades individuais substantivas são tidas como sendo críticas, ou seja, o sucesso da sociedade é para ser avaliado pelas próprias liberdades individuais que os membros da sociedade disfrutam. Tendo maior liberdade para fazer algo que a pessoa valorize tem valor por si só para a liberdade dessa pessoa assim como é importante na promoção de oportunidades com resultados valiosos. A segunda razão, para Sen, é porque a liberdade não é a base da avaliação do sucesso ou falhanço, mas sim o principal determinante da eficácia social e de iniciativa.

A expansão da liberdade humana é vista por Amartya Sen tanto como a principal finalidade e o principal meio do desenvolvimento. O papel constitutivo da liberdade relaciona-se com a importância da liberdade substantiva no melhoramento da vida humana.

O processo do desenvolvimento é crucialmente influenciado por essas ligações correspondendo também a múltiplas liberdades conectadas, existe a necessidade de desenvolver e suportar a pluralidade de instituições, incluindo sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas de mercados, provisões de educação—e saúde, os media e outras instalações de comunicação, entre outros. As instituições podem incorporar iniciativas privadas assim como arranjos públicos e estruturas mistas, como organizações não governamentais e entidades corporativas. O desenvolvimento como fim e meio tem de ser a preocupação central. As pessoas têm de ser vistas nesta perspetiva como estando ativamente envolvidas (dada a oportunidade) no moldar do seu próprio destino e não apenas como destinatários dos frutos de programas de desenvolvimento. O estado e a sociedade têm um papel extensivo no fortalecimento e salvaguarda das capacidades humanas.

Os indivíduos vivem e operam num mundo de instituições. As nossas oportunidades e perspetivas dependem crucialmente nas instituições que existem e como elas funcionam. As instituições não só contribuem para as nossas liberdades assim como os seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz das suas contribuições para a nossa liberdade. Ver o desenvolvimento como liberdade providencia uma perspetiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente.

É necessária uma visão integrada de diferentes instituições para ser possível ver o que conseguem ou não fazer até mesmo em conjunto. O desenvolvimento humano é um aliado dos pobres e não dos ricos e influentes. A criação de oportunidades sociais faz uma contribuição direta à expansão das capacidades humanas e à qualidade de vida. Segundo Sen (2000), existem evidências de que até com rendimentos baixos, um país que garanta cuidados de saúde e educação pode atingir resultados marcáveis em termos da extensão e qualidade de vida de toda a população. A natureza altamente intensiva do trabalho dos cuidados de saúde e educação (e do desenvolvimento humano no geral) fazem deles comparativamente baratos nas fases iniciais do desenvolvimento económico, quando os custos de trabalho são baixos. As recompensas do desenvolvimento humano vão muito para lá do melhoramento da qualidade de vida, e incluem também o seu impacto nas capacidades produtivas das pessoas e, portanto, no crescimento económico numa base largamente partilhada (Sen, 2000)

Quando falamos de desenvolvimento nos dias de hoje uma referência essencial são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dois deles são a erradicação da pobreza e a educação de qualidade. Estes objetivos foram propostos pela ONU (Organização das Nações Unidas) como uma resposta atualizada aos Objetivos do Milénio. Os objetivos de

Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram criados em 2000 pelas Nações Unidas e tinham que ser alcançados até 2015 (Czech, 2015):

- 1) erradicar a pobreza extrema e a fome;
- 2) alcançar o ensino primário universal;
- 3) promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres;
- 4) reduzir a mortalidade infantil;
- 5) melhorar a saúde materna;
- 6) combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças;
- 7) garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8) desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Já os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são dezassete e foram propostos em 2015 e são conhecidos como a Agenda 2030. Os ODS diferem dos ODM em objetivos, conceitos e políticas na medida em que os ODM eram uma agenda de ajuda norte-sul, os objetivos e os alvos apenas eram alcançáveis pelos países desenvolvidos e estes foram dirigidos por ministros do desenvolvimento e chefes de agências de desenvolvimento que procuravam uma nova justificação para a ajuda no contexto da geopolítica pós-Guerra Fria e da globalização neoliberal. Os ODM foram particularmente úteis na comunicação de um propósito claro da ajuda ao desenvolvimento para mobilizar o apoio público. Em contraste, os ODS são uma agenda global para o desenvolvimento sustentável, são objetivos universais. Os ODM focavam-se na pobreza (alcance de necessidades básicas) e no seu alívio, apresentando uma definição muito estreita de desenvolvimento já os ODS incidem sobre o desenvolvimento sustentável (uma agenda mais alargada que inclui o ambiental, social e economia de sustentabilidade).

Segundo Rosenbaum (2015), os ODM apresentaram alguns défices isto porque como um processo, muitos apontaram que eles encheram os debates políticos em andamento com metas pouco ambiciosas ou irrelevantes para os desafios atuais, como a educação primária universal em países onde ela foi amplamente alcançada. A agenda dos ODM era extraordinariamente estreita, refletindo um processo de elaboração de cima para baixo que estava desvinculado do processo consultivo e reflexivo que definiu as agendas de

desenvolvimento da ONU na década de 1990 e que estava a monitorar a sua implementação (Rosenbaum,2015) Em suma, as partes interessadas com uma ampla gama de perspetivas ficaram profundamente frustradas com os ODM que passaram a dominar os discursos de desenvolvimento internacional. As metas não estavam de acordo com as suas agendas e visão, e estavam desconectadas dos debates atuais de políticas nacionais e globais (Kumar et all, 2016) Aqueles que tinham perspetivas mais alargadas estavam preocupados com a amplitude estreita dos ODM que ficavam aquém da transformação pretendida capazes de enfrentar os desafios do desenvolvimento no século XXI. As negociações para a agenda pós-2015 desencadearam uma mobilização massiva para corrigir as deficiências dos ODM:

“SDGs benefit from the valuable lessons learned from MDGs. These also carry forward the unfinished agenda of MDGs for continuity and sustain the momentum generated while addressing the additional challenges of inclusiveness, equity, and urbanization and further strengthening global partnership by including CSOs and private sector. They reflect continuity and consolidation of MDGs while making these more sustainable by strengthening environmental goals.” (Kumar et all, 2016:2)

Ao contrário da elaboração do ODM, os ODS foram conscientemente um processo político de negociações entre estados. Em comparação Kumar et all (2016) concluíram que com os ODS agenda seria mais ampla e potencialmente mais transformadora. Os objetivos e as suas metas abordam e incorporam muitas questões defendidas por grupos da sociedade civil ou países em desenvolvimento que estão responsáveis pelas estruturas de poder que produzem e reproduzem a pobreza e a desigualdade, incluindo mudanças nos modelos económicos.

A adoção de um objetivo autónomo sobre a desigualdade (Objetivo 10) que aborda as disparidades dentro e entre os países é um afastamento significativo dos ODM; que excluíram explicitamente esta questão política. A agenda mais ampla dos ODS reflete não apenas uma mudança nas prioridades, mas uma reversão da abordagem dos ODM para o estabelecimento de metas. Kumar et al. (2016), partem do princípio de que as metas globais devem ser curtas e memoráveis, os ODS incluem 17 objetivos e 169 metas. Alguns objetivos e metas dos ODS são focados em conceitos complexos e nos processos de desenvolvimento de qualidade, como ‘sustentabilidade’ e ‘inclusão’, ao invés de resultados tangíveis e mensuráveis. As forças apontadas aos ODM também são também a sua fraqueza: simplicidade (permitiu uma simplificação do desenvolvimento como conceito), mensurabilidade e consensualidade. Os ODS também revertem outra abordagem dos ODM, para definir objetivos globais que devem

ser alcançados por todos os países, negligenciando os contextos nacionais, e contra a qual os governos seriam responsabilizados. Ignorando o ponto de partida, eles foram uma métrica tendenciosa, injusta para os países mais distantes e com os maiores desafios para cumprir as metas de 2015 (Kumar et al. 2016).

Os ODS, por outro lado, devem ser alcançados globalmente, abrindo espaço para adaptação nacional. Existe o risco de que as metas e objetivos mais transformadores sejam negligenciados na implementação por meio de seletividade (poderia levar à negligência de objetivos e metas que tratariam de questões estruturais.), e à sua simplificação isto porque a linguagem cuidadosamente negociada enfatizando objetivos qualitativos intangíveis de desenvolvimento equitativo e sustentável, levou a uma linguagem complexa o que levaria a uma tentação de simplificar essa linguagem e retirar os qualificadores importantes, algo que poderia levar também à sua não implementação seria a adaptação nacional visto que reduz a pressão política sobre os governos nacionais para tratar das causas políticas da pobreza e da desigualdade o que pode levar a que seja um convite para amenizar a ambição dos ODS (Rosenbaum,2015). Os ODS são um consenso politicamente negociado que não tem nenhum mecanismo de aplicação embutido.

Contudo, para Basia Rosenbaum (2015) os ODM tiveram efeitos surpreendentes. Eles foram mais eficazes do que qualquer um esperava para ganhar força como um discurso dominante de desenvolvimento.

2.2 Pobreza

A pobreza, segundo Tilak (2002), é definida convencionalmente em termos de falta de rendimento e é medida de diferentes formas predominantemente em termos da inadequação de rendimento para assegurar um mínimo nível de “calorias”. A erradicação ou pelo menos a redução da pobreza tem sido um importante objetivo das estratégias de desenvolvimento na sociedade moderna e tem estado na agenda de diversas organizações de desenvolvimento internacionais. Existem inúmeras abordagens a esta redução umas diretas como a provisão de comida, emprego e rendimento aos pobres, mas também medidas indiretas como a provisão de educação, saúde e outros serviços que permitem às pessoas aumentar os seus ganhos para poderem sair da armadilha da pobreza. As abordagens indiretas têm uma natureza e efeito a longo prazo fazendo com que os ganhos na redução da pobreza sejam mais efetivos e sustentáveis.

A pobreza cada vez mais está a ser vista como um problema multidimensional e não apenas como limitações de rendimento. Para Bauer (1965), a própria pobreza cria obstáculos quase intransponíveis para ultrapassagem da mesma, ou seja, a permanência numa situação de pobreza pelas suas características leva a que se torne num ciclo difícil de se combater. É apresentada em diferentes variantes, uma das mais frequentes é a que o baixo nível de rendimentos torna impossível a poupança frequente, evitando assim a acumulação de capital necessário para o aumento de rendimentos. Outras variantes incluem: a sugestão de que os mercados estreitos dos países pobres obstruem o surgimento e a extensão da especialização necessária para rendimentos mais altos; que a demanda é muito pequena para permitir investimentos lucrativos e produtivos; que as receitas do governo são insuficientes para o estabelecimento de serviços públicos eficazes; que a desnutrição e a saúde precária mantêm a produtividade baixa, o que impede o aumento de rendimentos. (Bauer, 1965)

Uma das características do ciclo reprodutivo da pobreza é a falta de oportunidades de investimento lucrativos privados daí o investimento privado internacional não poder aliviar a situação. Do lado da oferta existe uma fraca capacidade para poupar, o resultado de um baixo nível real de rendimento. O baixo nível de rendimento real é uma reflexão da baixa produtividade, que se deve largamente à falta de capital financeiro.

Há uma pequena capacidade de poupança e assim o ciclo está completo. No lado da demanda, os incentivos podem ser baixos devido ao pequeno poder de compra das pessoas, que novamente se deve ao seu real baixo rendimento. Segundo Bauer (1965), o baixo nível de produtividade, contudo, é um resultado de uma pequena quantidade de capital que é usado na produção que em troca pode ser causado pelo menos parcialmente pelo pequeno incentivo a investir.

A pobreza não é apenas a falta de recursos financeiros, mas também a falta de capacidades (*capabilities*) de funcionar eficientemente na sociedade. Amartya Sen (2002) definiu a pobreza como uma condição que resulta na ausência de liberdade de escolha que surge da falta do que ele se refere como a capacidade de funcionar eficientemente na sociedade,

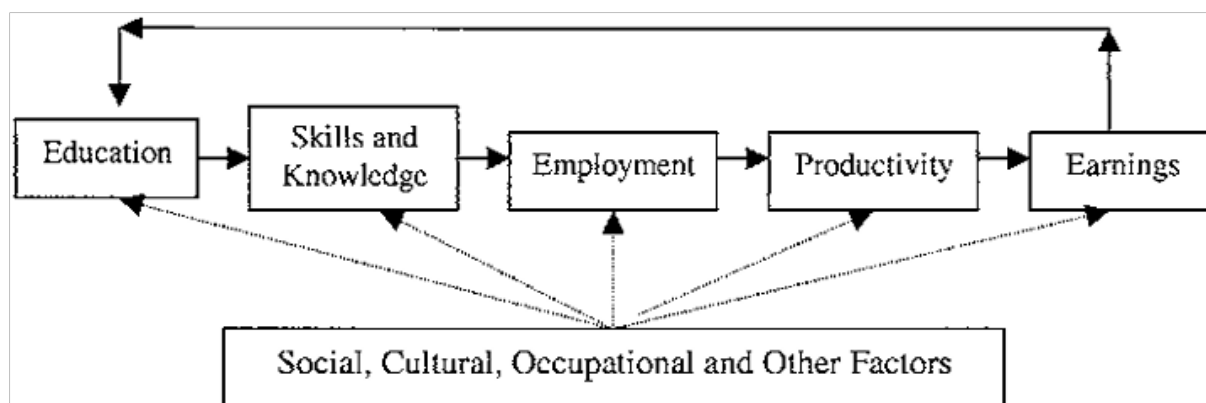
Segundo Sen (2002) a educação inadequada pode ser tida como uma forma de pobreza em muitas sociedades. Existem no mundo inteiro 2,2 mil milhões de crianças dessas 86% (Veiga e Sarmiento, 2010) vive em países ditos em desenvolvimento cerca de um terço delas carece de necessidades nutricionais devido à falta de alimentação ou a mesma não ser adequada desenvolvendo assim problemas de saúde que afetam em primeiro lugar a sua própria sobrevivência assim como as suas capacidades de aprendizagem e desenvolvimento.

O ciclo reprodutivo da pobreza é então caracterizado pelo facto de as pessoas serem incapazes de tomar ações que as irão tirar da pobreza porque são pobres. A falta de estratégias de gestão do risco é suscetível de conduzir a um esgotamento de capital físico, humano e social, aumentando assim a probabilidade de pobreza de rendimentos num determinado ano, e aumentando assim a probabilidade de pobreza crónica. Um estado de espírito provocado pela pobreza crónica, reduz a vontade investimento que pode ser arriscado mas que pode oferecer uma saída da pobreza, o que completa o ciclo (Mosley, 2005).

2.3 Educação

A abordagem do capital humano que surgiu no início dos anos 1960 tem a educação como um instrumento importante na redução da pobreza. Esta teoria diz-nos que um investimento na educação leva a níveis de formação de capital humano que é o mais importante fator de desenvolvimento económico. Para Tilak (2002), os rendimentos aumentam com o aumento dos níveis de educação, daí o foco desta abordagem esteja no papel dos seres humanos no aumento das possibilidades produtivas onde os próprios trabalhadores contribuem para o crescimento e onde a educação tem um papel fundamental para a própria economia.

Figura nº 1- *Relationship between education and earnings in the human capital frameowork* (Tilak, 2002:192)



Já a abordagem das *basic needs* (meio do anos 1970) reconhece a educação como uma necessidade básica, que ajuda no cumprimento de outras necessidades básicas e consequentemente contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Esta abordagem também

se foca no papel instrumental da educação, enquanto reconhece a educação como uma necessidade básica por si só (Tilak,2002).

2.4 A relação entre educação e pobreza

A relação entre educação e pobreza pode ser compreendida de duas formas segundo Julius e Bawane (2011): 1) investimento na educação aumenta as capacidades e produtividade de lares mais pobres, aumenta o nível de remuneração assim como o bem-estar geral da população; 2) a pobreza pode constituir um grande constrangimento ao sucesso educacional (isto pode ser interpretado de três perspectivas: a) a pobreza pode dificultar a aquisição de aprendizagem e outros materiais pedagógicos- lado dos recursos; b) a pobreza pode gerar pressões sociais que mutila o pensamento de estudantes pobres; e por fim c) quando a pobreza chega a uma instituição deteriora os padrões de ensino.

Para Julius e Bawane (2011), a direção da causalidade entre a pobreza e os vínculos educacionais mostrou fluir em ambos os sentidos, por um lado, a pobreza atua como um fator que impede as pessoas de terem acesso à educação e por outro lado, aqueles com educação são considerados em menor risco de pobreza. Sendo assim a educação aumenta a probabilidade de um indivíduo ser empregue e uma vez empregado um indivíduo melhor educado ganha consideravelmente mais do que alguém com níveis de educação mais baixos. Quanto maior o nível de educação da população, menor será o número de indivíduos pobres, porque a educação impacta o conhecimento e as habilidades que dão apoio a salários mais altos (Julius e Bawane, 2011). Há uma relação inversa entre educação e pobreza, ainda há um debate sobre os níveis educacionais se o ensino fundamental é suficiente para a redução da pobreza ou se todos os níveis educacionais (primário, secundário, superior e terciário) devem ser considerados.

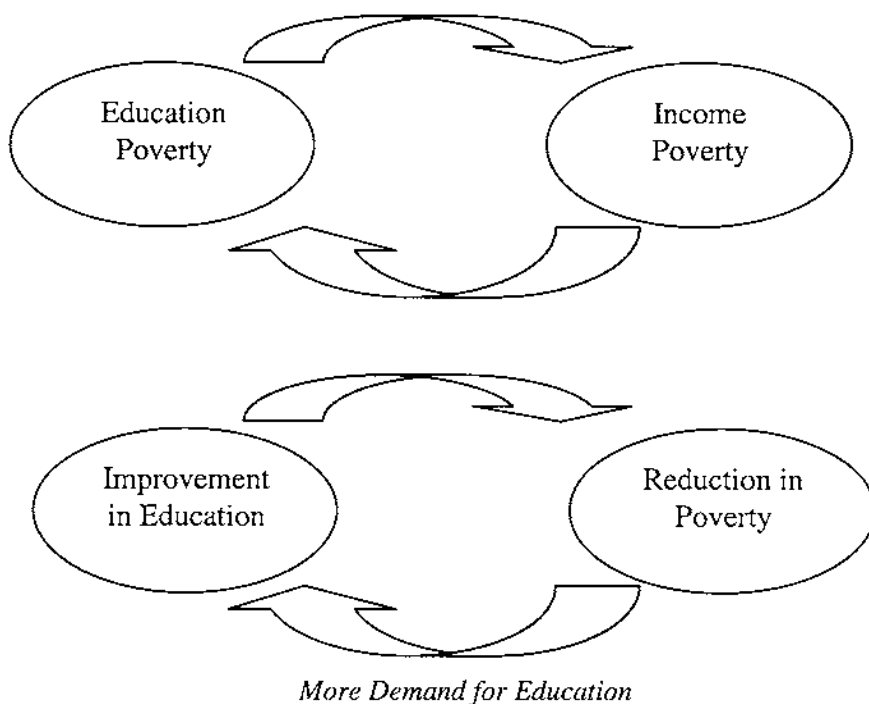
A educação aumenta significativamente o nível de conhecimento e a disposição intelectual das crianças pobres, ajuda a encontrar a sua identidade pessoal e a fazer escolhas para a vida congruentes com a sua identidade pessoal, aumenta o relativismo, a tolerância e a flexibilidade na área da moralidade pessoal, também parece estreitar as diferenças tradicionais entre dois sexos (Julius e Bawane 2011).

A educação é uma necessidade básica, bem como um direito humano fundamental, é a base de todas as outras necessidades fisiológicas, ela é valorizada como fonte de progressão económica e mobilidade social ao mesmo tempo que contribui para a redução da pobreza ao aumentar o valor da eficiência da força de trabalho e, assim, aumenta o crescimento económico espera-se que esse crescimento económico se traduza numa renda mais alta, reduzindo os níveis de pobreza. Isto ocorre porque quanto mais educado um indivíduo é, mais produtivo ele deve

ser tanto no mercado de trabalho quanto na sua casa, portanto, mais oferta de educação pode aumentar os níveis de renda em geral. Para Julius e Bawane (2010) a educação continua a ser um dos instrumentos mais poderosos para reduzir a pobreza e a desigualdade e estabelecer as bases para o crescimento económico sustentado, uma vez que a desigualdade de rendimentos está significativamente e negativamente relacionada à dispersão educacional e à realização educacional média da população. Os autores concluem é que a educação é amplamente aceite como a principal via de saída da pobreza, é a espinha dorsal do crescimento e desenvolvimento dos indivíduos e da nação.

“Extreme poor are denied access to education, poverty hampers learning in developing countries through poor nutrition, health, home circumstances (lack of books, lighting or places to do homework), access to education, quality, costs and inadequate resources for education. it discourages enrolment and survival to higher grades, and also reduces learning in schools.” (Julius e Bawane, 2010: 82)

Figura 2 – O ciclo da educação e pobreza (Tilak, 2009:198)



A educação afeta diretamente o trabalho e rendimentos de um indivíduo e por isso contribui para a desigualdade de um grupo de indivíduos. As crianças que crescem com pais

com maior escolaridade têm acesso a oportunidades que crianças com pais com níveis de escolaridade mais baixo não têm acesso, como é demonstrado na figura 3. Isto leva a uma desigualdade intergeracional por naturalmente criar desigualdade de oportunidades para crianças que nasçam em diferentes famílias. Existe então uma forte relação entre educação e desigualdade de remuneração e entre fontes de desigualdade de educação (Tilak, 2009).

A pobreza é sempre vista como a privação de oportunidades, contudo a educação em si constitui-se como uma oportunidade importante no melhoramento das capacidades humanas, a privação desta leva a uma forma de pobreza: pobreza da educação (Tilak, 2009). As características da pobreza da educação segundo Tilak (2009) incluem analfabetismo generalizado, baixos níveis de educação da população, altas taxas de não-participação ou baixas taxas de participação das crianças na escola, altas taxas de abandono e insucesso, baixas taxas de continuação na escola baixas taxas de realização e finalmente exclusão dos pobres da educação. Tilak (2002) apresenta a pobreza da educação com as seguintes características:

- 1) não participação ou baixas taxas de participação das crianças na escola;
- 2) altas taxas de desistência e reprovações,
- 3) baixas taxas de continuação na escola;
- 4) baixas taxas de sucessos;
- 5) exclusão dos pobres da educação.

Todas estas características para o autor estão altamente relacionadas com a pobreza de rendimentos. A pobreza na educação é o principal fator responsável pela pobreza de rendimentos, e a última não permite às pessoas ultrapassar a pobreza na educação. O melhoramento na educação levará a uma redução da pobreza e finalmente melhorará o estatuto da educação das pessoas, ou seja, quanto maior o nível de educação de uma população mais baixo será a proporção de pessoas pobres no total da população. A pobreza é predominante nos analfabetos e praticamente não existente entre famílias educadas.

Figura nº 3- *Education deprivation at household level* (Tilak, 2009:200)

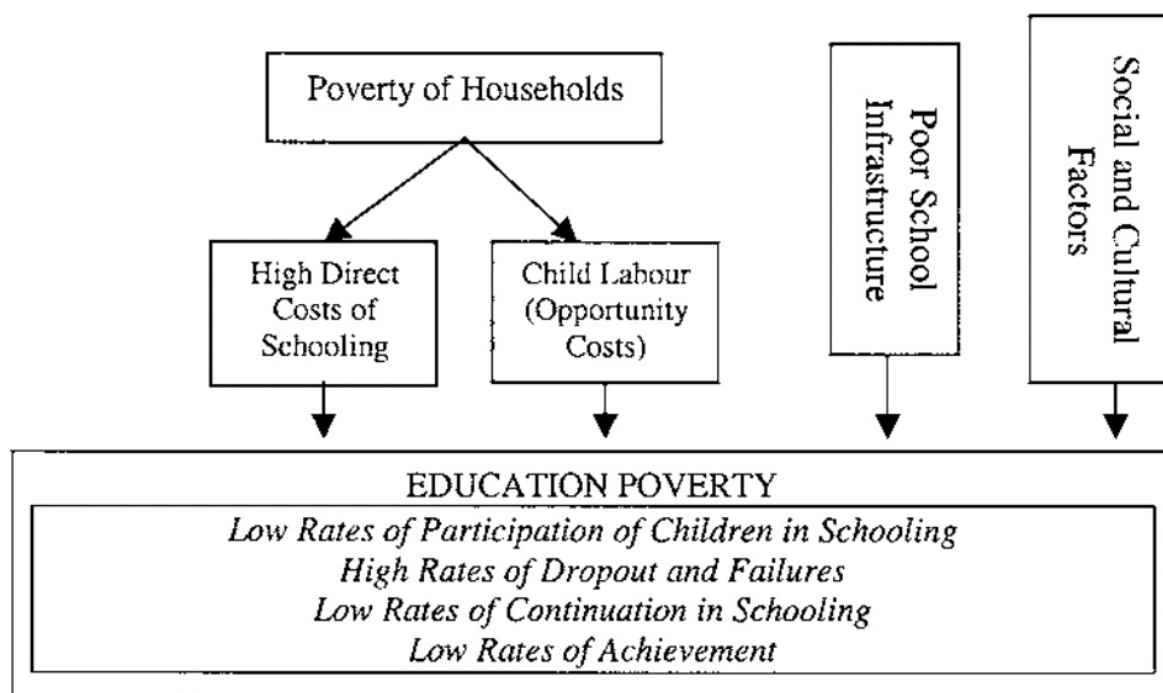


FIGURE 4. Education deprivation at household level.

Para Pedro Carneiro (2008) as famílias têm um papel crucial na realização educacional dos adolescentes. A realização ou sucesso é altamente afetada pelos ambientes escolares e de casa, contudo, a dimensão mais importante do ambiente escolar é o *background* das famílias dos seus estudantes. Os recursos escolares têm um efeito fraco nos resultados educacionais é importante então trazer para a discussão as famílias. Uma vez estabelecido o papel crucial do *background* familiar para o desempenho dos alunos, é possível verificar o quão desiguais são os ambientes doméstico e escolar de indivíduos de diferentes origens familiares. Segundo o autor, pais com melhor nível de escolaridade proporcionam ambientes domésticos mais propícios à aprendizagem do que pais com menor grau de instrução, no entanto, não existem muitas diferenças significativas nos recursos das escolas frequentadas por filhos de pais de baixa e alta escolaridade. A maior diferença nos ambientes escolares para esses dois tipos de crianças está na composição de seu grupo de pares. Em resumo, as diferenças mais significativas entre as oportunidades educacionais de crianças de diferentes origens familiares estão no ambiente doméstico e nos colegas, não nos recursos da escola (Carneiro, 2008)

The Coleman Report (1966) foi o resultado de uma investigação feita por Coleman e os seus colegas que tinha como objetivo investigar as determinantes da performance escolar de crianças nos Estados Unidos da América e concluiu que o *background* da família dos pares era o fator mais importante que afetava a performance individual na escola, enquanto os recursos escolares tinham um papel muito limitado.

Este relatório esteve na base para que Carneiro (2008) fizesse a associação dos resultados deste relatório com aplicação ao caso português onde as características familiares dos estudantes numa determinada escola são a razão determinante de desigualdade nos sucessos educacionais. As variáveis de qualidade da escola não diferem amplamente entre indivíduos de origens familiares diferentes e, portanto, não podem explicar as diferenças no aproveitamento devido às diferenças no histórico familiar. No entanto, as variáveis de qualidade da escola variam dentro dos grupos de antecedentes familiares e sua variância é bastante considerável. Desigual educação parental traduz-se em diferentes oportunidades educacionais, que levam ao aumento da desigualdade no sucesso escolar. Famílias com pais com mais educação providenciam melhores ambientes escolares e familiares para as suas crianças, que se traduzem em melhores resultados nos testes, ou seja, melhores notas. Em suma, o principal fator observável que impulsiona a desigualdade nos resultados dos testes entre os adolescentes em Portugal é o contexto familiar, especialmente o contexto familiar dos colegas na escola.

Segundo Sarmiento e Veiga (2010) cerca de um sexto das crianças do mundo especialmente as do sexo feminino não estão no ensino primário estando por isso privadas a nível da sua aprendizagem, mas também desenvolvimento e integração na sociedade. Mesmo aqueles que consigam progredir e continuar na escola até certo momento, mas que desistam ou a aquele que até tenham o ensino secundário estão em desvantagem clara perante o mercado de trabalho que depois irá afetar todo o desenvolvimento do jovem daí para a frente quando comparados com os jovens que avançam no seu desenvolvimento académico.

Em Portugal tem-se assistido a melhorias no que toca à valorização da relação entre educação e pobreza especialmente na importância que os dois desempenham no desenvolvimento das crianças daí assistirmos a uma maior valorização na própria legislação portuguesa com o objetivo de proteger crianças em situações de fragilidade. Contudo, a sociedade portuguesa como muitas outras é marcada por fortes desigualdades sociais e por uma elevada taxa de pobreza infantil assim como de crianças maltratadas, negligenciadas e sem acompanhamento escolar isto deve-se a fatores como desemprego, baixa escolaridade dos pais, baixos rendimentos e trabalho precário, muitas mulheres que trabalham a tempo inteiro e o aumento das famílias monoparentais, entre outros (Sarmiento e Veiga, 2010).

Figura 1- Comparação de taxas em Portugal com a média europeia (Sarmento, M., Veiga F. (2010):4)

Quadro 3
O Caso de Portugal

%	Taxa de risco de pobreza infantil	Taxa de intensidade de pobreza infantil	Crianças que Vivem em agregados familiares pobres com emprego	Crianças em agregados sem emprego	Impacto das transferências sociais no risco de pobreza infantil
Portugal	24	28	22	4.7	25
Média Europeia	19	22	13	9.5	44

Fonte: EU SILC (2005)

Como o quadro acima indica temos taxas ainda elevadas de crianças em situação de pobreza não só em Portugal mas também por toda a União Europeia.

“O Banco Mundial estima que a desestabilização provocada pela Covid-19 tenha um impacto a rondar os 10 biliões de dólares nos rendimentos futuros da geração afetada. Já a UNICEF aponta para a possibilidade de 24 milhões de pessoas verem o seu percurso escolar definitivamente interrompido pela pandemia.” (ONGD, 2021: acedido a 30 de setembro 2022)

E com a pandemia de covid-19 iniciada em 2020 o Banco Mundial estima que o impacto para as próximas gerações esteja nos 10 biliões de dólares em relação aos rendimentos da geração afetada enquanto que a UNICEF aponta para que 24 milhões de pessoas tenham o seu percurso escolar interrompido devido à pandemia tudo isto enquanto os dez homens mais ricos do mundo viram a sua fortuna aumentar fazendo então aumentar o fossos entre ricos e pobres daí torna-se importante o investimento na educação no que toca ao combate à pobreza e desigualdades (dados da plataforma ONGD, 2021)

CAPÍTULO 3

Metodologia

3.1 Problemática

As Aldeias de Crianças SOS são uma instituição privada de solidariedade social (IPSS) presente em Portugal desde 1964 que acolhe crianças e jovens que não têm a possibilidade de crescer com as suas famílias biológicas devido a inúmeras questões desde abusos, maus-tratos ou negligência. A última pode passar por falha a nível escolar também e as escolas desempenham um papel muito importante na sinalização deste tipo de situações. Então estando em falta uma área muito importante para o desenvolvimento de qualquer criança ou jovem pretendeu-se perceber que como é que ao serem acolhidas estas crianças passam a ter a oportunidade de ter acesso a educação a todos os níveis. E que estratégias são utilizadas para que esse percurso seja um de sucesso de forma a garantir melhores perspetivas de futuro para quebrar os ciclos reprodutivos da pobreza.

3.2 Pergunta de partida

Para esta investigação cola-se então a seguinte questão: como é que a Associação das Aldeias de Crianças SOS contraria o ciclo reprodutivo da pobreza?

3.3 Objetivos da investigação

- Analisar as expectativas dos intervenientes (psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, cuidadoras de referência) das Aldeias SOS que fazem parte do processo de integração dos jovens.
- Identificar percursos de sucesso (social, académico...);
- Analisar diferentes estratégias implementadas nas Aldeias a valorização da educação;

3.4 Paradigma da investigação

Utilizamos a metodologia qualitativa. Segundo Clara Coutinho (2011), a investigação científica em Ciências Sociais e humanas tem uma finalidade, envolve um conjunto de metodologias, métodos e técnicas e inicia-se sempre com uma interrogação ou pergunta de partida e termina com a apresentação dos seus resultados. E possui dois tipos de requisitos. O primeiro insere-se sobre a multiplicidade visto que existem inúmeras formas e abordagens de

investigação que levam a discussões sobre o tópico estudado. Em segundo lugar, o cientista social está sempre dependente do contexto sociocultural em que está inserido.

A metodologia qualitativa a nível conceptual depende muito da observação dos sujeitos, de estudos de caso e utiliza muito a diversidade individual de modo a particularizar. A nível metodológico possui um modelo indutivo isto porque existe uma relação entre investigado e investigador e a teoria é o resultado da investigação. E, por fim, a nível teórico-prático existe uma grande ligação entre as duas e os fenómenos são descritos por palavras e não por medidas ou números. (Coutinho, 2011) Fortes características da metodologia qualitativa é então a participação ativa com observação participante no próprio meio de investigação e os dados são aí recolhidos.

3.5 Método de investigação

Para a metodologia do estudo de caso existem três autores centrais que são citados por Patricia Anne Brown (2008). O primeiro é Merriam (1998) que explica o caso de estudo como uma aplicação da investigação qualitativa como uma forma de ganhar entendimento de uma situação, onde a sua característica é a delimitação de um objeto de estudo que é o caso. O segundo é Yin (2003) que identifica cinco componentes no estudo de caso: as questões do estudo, as proposições que refletem no problema teórico, a sua unidade de análise (evento, entidade ou indivíduos), a lógica de ligar dados a proposições e o critério de interpretação dos resultados. E por fim, Stake (1978/2000) que afirmava que o estudo de caso era útil no estudo de problemas humanos porque são terra a terra e virados para a atenção; esta abordagem aproximava o conhecimento do mundo natural com as experiências pessoais. Para Brown a perspetiva de Merriam é equilibrada e pragmática enquanto Yin era altamente metodológica e lógica, e Stake seria mais como um artista ou poeta, que cria significados. O estudo de caso permite perspetivas ricas e significativas para eventos e comportamentos:

“It can “contribute uniquely to our knowledge of individual, organizational, social, and political phenomena” (Yin, 1984, p. 14) (...). Qualitative case study research is supported by the pragmatic approach of Merriam, informed by the rigour of Yin and enriched by the creative interpretation described by Stake.” (Brown, 2008:9)

Em suma, o foco profundo sobre o particular dentro de um sistema limitado pode ajudar a fornecer uma visão holística de uma situação. Essa visão inclui o contexto, bem como os detalhes de um indivíduo.

3.6 Técnicas de recolhas de dados

Para esta investigação o método primordial de recolha de dados foram as entrevistas com base etnográfica:

“It is best to think of ethnographic interviews as a series of friendly conversations into which the researcher slowly introduces new elements to assist informants to respond as informants.” (Spradley, 1979:464)

As entrevistas foram momentos de conversa previamente organizada em um guião mas que permite a abertura e exploração de elementos que podem não ser estritamente preparados sendo então entrevista semiestruturadas com elementos essenciais presentes: explicitação do propósito (o que se pretende com a entrevista), explicações claras das perguntas e a explicação do objetivo da investigação.

Ao longo das primeiras entrevistas mais questões foram sendo adicionadas consoante informações dadas pelos entrevistados e algumas questões também foram colocadas no momento consoante o entrevistado e as informações em que tocavam. O guião da entrevista consta do quadro 1. Todas as transcrições das entrevistas seguem no Anexo A.

Quadro 1 – Guião de entrevista inicial

1. Apresentação e função dentro da Aldeia SOS de Gulpilhares
2. Como descrevias melhor a tua função?
3. Que tipo de acompanhamento fazes a estas crianças e jovens?
4. Dentro do tópico da educação como consideras que estas crianças chegam à aldeia? Letradas? Analfabetas? Com dificuldades de aprendizagem?
5. Que medidas são implementadas quando estes jovens sentem dificuldades escolares?
6. Que tipo de escolas frequentam estes jovens?
7. Como foi durante a pandemia de covid-19 onde eles não podiam se deslocar à escola?
8. Um caso ilustrativo de sucesso a nível escolar que tenhas acompanhado (sem referência a nomes).
9. Ao nível do dia a dia é importante na educação informal que é dada a criação de bons cidadãos ou a preocupação é mais a nível de bons resultados escolares?
10. No modelo de acolhimento diferenciado destas aldeias o que consideras que mais contribui para as preocupações de educação a nível formal e informal?

11. Como é feito o acompanhamento dos trabalhos de casa e preparação para exames? É feito por funcionários da Aldeia? Explicadores?
12. Como é monitorizado o seu sucesso escolar?

3.7 Técnicas de tratamento de dados

No que toca os dados qualitativos todos os procedimentos e técnicas para tratar os dados têm por base uma abordagem pessoal interpretada pelo investigador. Para primeiro passo torna-se importante, depois de toda a recolha, reduzir os dados para análise e a sua organização sistemática. Fizemos a análise de conteúdo:

“A análise de conteúdo é uma técnica que permite a classificação de material, reduzindo-o a uma dimensão mais manejável e interpretável, e a realização de inferências válidas a partir desses elementos” (Lima, 2013: 7)

Recorremos à criação de categorias de análise que constam no quadro 2.

Quadro 2- Organização categórica dos dados

1. Função dos técnicos
2. Perfil de chegada das crianças
3. Caracterização da família de origem
4. Intervenção
5. Percurso na educação
6. Sucesso

3.8 População do estudo

Para esta investigação a população de estudo foi composta por técnicos e funcionários da Aldeia SOS de Gulpilhares. Entrevistas foram realizados à funcionária administrativa, psicóloga, educador social, psicopedagoga e cuidadora de referência. Assim como à diretora da Direção Nacional de Programas das Aldeias de Crianças SOS Portugal.

3.9 Questões éticas

Outra questão essencial é a ética devido a ser um objeto de estudo sensível. É importante o anonimato dos casos em questão e alguns detalhes pessoais que possam identificar os intervenientes. Segundo Atkinson (2007) quando falamos de ética cinco questões são essenciais: consentimento informado, privacidade, dano, exploração e consequências; todas elas foram tidas em consideração. Na própria legislação portuguesa, Lei de Promoção e Proteção diz-nos:

“Artigo 4º

(...)

b) Privacidade - a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;”

(Diário da República, “Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Lei n.º147/99”)

Tendo esta alínea em mente a privacidade e anonimato destas crianças tornou-se um elemento crucial assim como algumas características que possam ser identificativas das mesmas não serão referidas focando o trabalho na intervenção dos técnicos que as acompanham.

Apresentação, análise e comentário de dados

4.1 Caracterização dos entrevistados

Todos os entrevistados são funcionários da Aldeia SOS de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia) e todos desempenham funções diferentes. As entrevistas foram feitas a técnicos especializados, mas também a funcionários. Apenas um dos entrevistados era do sexo masculino os restantes do sexo feminino. De todos os entrevistados apenas duas não tinham graus superiores de educação, uma com o décimo segundo completo e a cuidadora de referência apenas com o equivalente à quarta classe. Dos técnicos foram entrevistados uma psicóloga, um educador social e uma psicopedagoga. Foram designados por entrevistado 1,2,3 e 4.

4.2 Perfil de chegada das crianças

Segundo a entrevistada 1, psicopedagoga na Aldeia SOS de Gulpilhares estas crianças chegam em grande parte em absentismo escolar ou com idas pouco regulares à escola. Isto era estimulado pela própria família que tinha um grande desinteresse escolar e então o investimento feito para que elas frequentassem a escola era pouco. Se as próprias famílias não procurassem ajuda a escola muitas vezes não se disponibiliza para o fazer. Dando o exemplo de uma criança que chegou à Aldeia e frequentava o quinto ano, contudo não sabia ler nem escrever e não foi feita nenhuma avaliação por parte da escola para perceber se estaria no nível correto então continuou a avançar, isto criou uma sensação de desfasamento na criança.

E segundo o entrevistado 2, educador social as crianças quando chegam à Aldeia chegam sempre com dificuldades de aprendizagem e em alguns casos analfabetas. O que tentam dar às crianças é oportunidades e a educação que elas merecem e não tiveram, preparando-as para o mundo em que vivemos.

Já para a terceira entrevistada (psicóloga) todos que chegam têm dificuldades em aprendizagem e necessitam de muito acompanhamento alguns em situação de absentismo escolar. Todos os pais desvalorizam o papel da educação. Uma situação recorrente são os jovens de etnia cigana chegam analfabetos. Existem mesmo jovens com défices cognitivos que não têm competências de aprendizagem, mas aí é uma questão biológica. Existe muito desinteresse pela escola porque não foi explicado pelos pais a sua importância. Não veem sentido nem gosto pela aprendizagem. Muitos têm muita coisa na cabeça devido aos traumas, e devido ao excesso

de emoções não têm disponibilidade para aprender. Muito já “perderam o comboio”, visto que perderam os primeiros anos de formação, ou seja, as bases e não conseguem focar-se nas aprendizagens. Quando não conseguem acompanhar e estar no nível dos colegas desmotivam. É importante incentivar as conquistas porque sem elas não existe gosto.

O acolhimento que é feito nestas aldeias têm como preocupação o futuro destas crianças, não só acolher de uma forma que seja reparadora, mas também preparar estas crianças e jovens para serem cidadãos ativos e participativos na sociedade. Aquilo que é feito hoje difere um pouco daquilo que foi feito no início da fundação das Aldeias SOS porque se o mundo avança também a forma de fazer as coisas adapta-se. À altura da realização desta dissertação existiam treze crianças em acolhimento na Aldeia SOS de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia todos eles da região do grande Porto e todos com menos de 18 anos e todos frequentam a escola.

Quando as crianças são retiradas isso muitas deveu-se às escolas isto porque elas são em Portugal o principal sinalizador de situações preocupantes ao nível familiar. Quando estas crianças chegam muitas faltavam regularmente à escola, muitas já reprovaram anos escolares e até algumas que não vão de todo à escola. Isto acresce de situações mais graves de crianças que não sabem ler nem escrever com idades já mais avançadas e que pelo ano escolar que frequentam já deviam saber. Tudo isto muitas vezes é causado por uma despreocupação e desinteresse por parte dos próprios pais e na desvalorização do papel da escola. Claramente que isto são grandes motivos de preocupação para o trabalho dos técnicos que numa instância inicial solicitam relatórios às escolas, isto porque os documentos do tribunal muitas vezes não têm informação detalhada referente à situação escolar da criança, então esses relatórios escolares são essenciais na compreensão de em que nível a criança se encontra e também ajudam na compreensão da situação familiar e até questões de saúde. Todas estas informações munem os técnicos de ferramentas para melhor realizar o seu trabalho e dar o melhor cuidado possível a estas crianças e jovens.

4.3 Intervenção na educação

Segundo a terceira entrevistada, as medidas que são implementadas dependem sempre da escola, do professor, do psicólogo de cada escola. Existe o currículo adaptado, contudo é muitas vezes necessário haver um *forcing* para que nas escolas seja sequer aprovado e reconhecido que o jovem ou criança necessita desse currículo adaptado e existe sempre alguma resistência nesse sentido. Muitas vezes existe uma professora de ensino especial para cem

alunos e existe a ideia de que apenas os casos graves que são acompanhados pelo professor de ensino especial o que não é o caso e muitos acabam por ter apenas trinta minutos por semana de atenção então o acompanhamento acaba por falhar. Existem três crianças da Aldeia numa escola privada o que tem custos muito elevados, contudo é um ensino mais individualizado com sensibilidade para as questões emocionais e para a motivação que no caso dos jovens no acolhimento é essencial e que no público não existe essa sensibilidade. Na Aldeia existe uma professora que vai todas as tardes e funciona como uma explicadora que ajuda nos trabalhos de casa, preparação para testes e incentiva a atividades. As famílias não sabem pedir apoio e acabam por não ter acesso a ele. Os técnicos nesse sentido são uma mais valia visto que fazem muito *forcing* e mesmo assim às vezes sem sucesso.

Para o segundo entrevistado se ainda não estiverem sinalizadas para um método de ensino especial, tentam sinalizar, ver qual a melhor escola para as suas necessidades, e têm também o apoio de uma professora na Aldeia que vai acompanhando todos os jovens, principalmente os que têm mais dificuldades, professora que se foca mais na questão do estudo desde trabalhos de casa, preparação para testes e exames. De qualquer maneira, cada um dos técnicos ajuda as crianças a estudar quando possível e quando necessário. Se sentirem que é necessário um explicador, inscrevem a criança/jovem em explicações

Todas as decisões que são tomadas em relação ao percurso e desenvolvimento destes jovens são tomadas primeiramente pelo tribunal e subsequentemente pela Segurança Social que também são as instâncias que acompanham todo o processo desde o seu início. Quando a família é sinalizada pela segurança social e começa todo o processo de acompanhamento ele é feito pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) quando a situação escala e chega a tribunal cabe a um juiz tomar todas as decisões no melhor interesse da criança. Nesse momento existe uma narrativa que é de certa forma criada para essa criança, se irá para o acolhimento, se irá para uma família de acolhimento ou se até irá para adoção e futuramente o tribunal tem de ser atualizado sobre os processos daquela criança ou jovem. Então no caso dos jovens que estão na Aldeia de Gulpilhares relatórios têm de ser elaborados por parte dos técnicos para dar a conhecer o percurso daquele jovem seja a nível educacional seja em todos os outros aspetos da vida deles.

4.4 Percurso na educação

Na entrevista com a primeira entrevistada indicou-nos que consoante a situação da criança procura-se a melhor escola para eles, até a localização da mesma é tida em consideração para perceber se seria benéfico a autonomia na ida para a escola ou não. Estas escolas podem ser públicas ou privadas depende do perfil da criança visto que alguns precisam de ambientes mais restritos sem jovens com comportamentos desviantes e por isso não precisam de ser perto da Aldeia. Até a estrutura física da escola é tida em consideração se é propensa a fugas ou não. Tenta-se não ter muitas crianças da Aldeia na mesma escola porque eles acabariam por se juntar e não conviver com os outros jovens, para que a experiência na escola seja o mais normalizadora possível. É importante que a escola também tenha áreas que são de interesse para a criança ou jovem. Grande parte dos jovens frequenta cursos CEF ou cursos profissionais visto que eles têm um período de reprovações então estes cursos CEF permitem fazer em dois anos algo que por norma demoraria três. Nem todos têm apetências para o estudo devido a dificuldades de leitura e interpretação por terem perdido os anos onde teriam essas bases isso leva a uma falta de motivação para o estudo. É importante não se sentirem diferenciados em relação aos outros colegas. Estes tipos de cursos permitem competências que são úteis desde matemática para a vida, português adaptado ao mercado de trabalho e permitem que as disciplinas tenham mais significado. Contudo, mesmo assim nem todos acabam, mas também existem alguns que vão para o ensino superior. A entrevistada 1 acredita que da sua experiência as crianças que entram no acolhimento mais precocemente não adquirem tantas destas falhas no percurso escolar e acabam por ter mais motivação escolar.

Grande parte dos jovens da Aldeia de Gulpilhares acabam por frequentar Curso de Educação e Formação (CEF) que “são um percurso de ensino básico com dupla certificação, ou seja, em que se desenvolvem competências sociais, científicas e profissionais requeridas para o exercício de uma atividade profissional e simultaneamente se obtém o nível básico de educação. Estes cursos preparam os jovens para o prosseguimento de estudos ao nível do secundário e para uma inserção qualificada no mundo do trabalho.” (ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional). Estes cursos adaptam-se mais aos jovens com este perfil de acolhimento na medida em que visto já terem passado muitos por situações de reprovação conseguem terminar o ensino básico em dois anos em vez de três, não atrasando ainda mais o seu percurso escolar e visto que também acabaram por perder muitas das bases de leitura e interpretação acabam por não ter tanto gosto no estudo e motivação o que permite que possam já ir caminhando de encontro aos seus interesses em algo mais prático dando-lhes

competências que são úteis para a vida desde matemática para a vida e português para o mercado de trabalho dando mais significado às disciplinas. Numa segunda instância no ensino secundário muitos acabam por frequentar cursos profissionais pelos mesmos motivos para que estejam os mais preparados para o seu futuro e para que se possam tornar adultos ativos. Existem casos onde é bem-sucedido este percurso e alguns até acabam por ingressar no ensino superior, mas também existem alguns casos de jovens que não terminam.

Muitos destes jovens necessitam de um acompanhamento escolar com professoras de educação especial, mas até chegar a esse apoio é muito difícil e para os técnicos é necessário muito esforço e *forcing* para que estes jovens tenham acesso ao currículo adaptado às suas necessidades. O problema é que em muitas escolas existe apenas uma professora para cerca de cem alunos com necessidades educativas especiais que não consegue dar resposta a tanta procura de acompanhamento.

Em relação ao acompanhamento que é feito fora da escola existe uma professora que vai todas as tardes à Aldeia e funciona como uma explicadora. Ajuda em todos os trabalhos que estas crianças e jovens irão precisar sejam trabalhos de casa, preparação de testes e exames e também desenvolve inúmeras atividades. Se algum apoio mais específico for necessário como explicações para uma disciplina específica ou para o exame algumas vezes também procuram-se voluntários que possam apoiar estas crianças para que consigam alcançar o que pretendem.

Para a cuidadora, a entrevistada número quatro, no que toca à educação informal é importante dar o exemplo, falar com eles. Os técnicos ajudam também nisso. Os educadores acompanham mais a escola mas sempre que existem reuniões pergunta o que aconteceu para estar a par.

No que toca à educação dita informal é uma preocupação central para os técnicos que estão diariamente com estas crianças e jovens e que é feita pelos mesmos. Visto que um dos objetivos é preparar estes jovens para o momento em que não estejam na Aldeia o que se procura é formar bons cidadãos, participantes, ativos ou seja com empregos e também com as suas próprias famílias para que não perpetuem os ciclos de negligência (os seus avós negligenciaram os seus pais e os seus pais a eles). Aqui o foco está no dia a dia, nas pequenas ações de formação onde os técnicos e cuidadores estão envolvidos seja na preparação de uma refeição em conjunto por exemplo e como todos estes cuidadores eles próprios são diferentes e com passados diferentes cada um também acaba por deixar a sua própria mensagem e marca na vida deles. A par destas ações pequenas e diárias existem também momentos um pouco mais formalizados

que podem ser *workshops* de cozinha e lides domésticas por exemplo que podem ser dinamizadas não só pelos técnicos, mas também por modos de parcerias com outras associações, instituições ou grupos. Um projeto foi desenvolvido com os jovens mais velhos da Aldeia que procurava responder à questão: “o que é ser autónomo?” Através de sessões em grupo num contexto mais informal procurou-se dar a estes jovens as ferramentas para que percebam o que é ser um bom cidadão com valores e empático. As atividades extracurriculares, que podem passar por desportos como hóquei, futebol, natação, dança ou até escuteiros são também muito importantes porque permitem que estes jovens estejam com outros jovens com comportamentos normativos e conseguem assim trabalhar as suas relações e conhecer outras coisas que se torna muito importante para o seu desenvolvimento.

4.5 O perfil das famílias

As famílias destas crianças, segundo a psicóloga caracterizam-se por ter escolaridade baixa, contudo as famílias também eram de outros tempos. Muitos apenas com a quarta classe, no máximo quinto ou sexto ano. Existem também um pai com o décimo segundo que tem um pouco mais de dinheiro, acabam por não ser só famílias pobres, existem algumas que vivem com o mínimo necessário e que as crianças são retiradas por situações de negligência. Todas desvalorizam a escola, podem até dizer que os filhos devem ir à escola, mas de uma forma punitiva, “tens que ir porque depois podes ficar de castigo”, mas depois até dizem “mas ele só faltou um dia ou dois ou três”. São comportamentos que passam de geração em geração. Muitas das famílias recebem o RSI, sem outra forma de rendimentos, mas alguns também podem trabalhar. Todas elas são resistentes à mudança e possuem baixas competências: parentais, de organização. Muitos problemas de saúde mental com ou sem diagnóstico e não estão disponíveis a ir fazer uma avaliação. Muito resistentes à intervenção e colocam nela uma visão negativa. Vêm de situações precárias e acreditam que tudo está bem e acham que as crianças são retiradas porque as casas não estão bem. A entrevistada número três caracteriza as famílias destes jovens, como sendo maioritariamente economicamente vulneráveis (as que não são raramente chegam ao acolhimento). Famílias sem rotina que são desorganizadas com estilos de vida negligentes, muitas desempregadas e com dependências que leva a negligência nível da saúde e da escola (estes são os principais sinalizadores). Estas famílias também são subsídio-dependentes e como esse dinheiro não custa a ganhar e como não têm disciplina financeira e organização acabam por gastar nas dependências e são famílias que não têm elas próprias perspetivas de futuro. O álcool é a dependência mais comum (também o tabaco).

O perfil de famílias destes jovens consiste em famílias em situação economicamente vulnerável, famílias que não possuem rotinas nem métodos de organização com estilos de vida negligentes. Muitas desempregadas e com dependências que depois acabam em negligência escolar e até a nível da saúde. Outra característica vista na família destas crianças é que são subsídio-dependentes nomeadamente do Rendimento Social de Inserção (RSI) que foi criado para assegurar condições de subsistência para cidadãos e famílias que possam estar em risco de exclusão social, contudo para estas famílias não organizadas não existe disciplina financeira e muito deste subsídio é gasto em dependências principalmente álcool e tabaco. As questões de saúde mental nestes pais estão muito presentes e muitas vezes sem diagnósticos definitivos e com resistência para fazer essas avaliações. Estas famílias acabam por desvalorizar a importância que a educação tem no desenvolvimento e não explicam aos filhos a importância da mesma. O ir à escola passa por ser uma obrigação e o que acabam por passar aos seus filhos é esta punição de não irem. Estas famílias também não sabem que existe apoio e muitas vezes também não o conseguem pedir por ele ser de tão difícil acesso. Estes pais eles próprios têm a escolaridade baixa por norma a antiga quarta classe, alguns com quinto e sexto ano e em situações exceção um pai com o décimo segundo ano.

4.6 Sucesso dos jovens

O sucesso para a psicóloga e entrevistada número três é relativo e depende dos valores de quem está a medir esse sucesso. Algo que pode ser visto como sucesso: amigos, um salário, relações positivas. Tudo isto seria ótimo, mas sem sempre acontece. No trabalho feito pelas Aldeias escolhe-se um patamar que gostavam que o jovem atingisse sempre com uma perspetiva realista. E um objetivo consoante os recursos disponíveis e o trabalho que é necessário fazer. Esses objetivos podem ser: terminar a escolaridade obrigatória; resolverem questões emocionais, estarem bem em muitas áreas como terem boas relações. Pode ser terem relações amorosas. O melhoramento de uma área que seja já é ótimo como por exemplo passarem a ir à escola. Tudo podem ser formas de sucessos visto que o ganho está nas pequenas vitórias. As atividades extracurriculares (que podem ser hóquei, escuteiros, futebol, dança ou outros) ajuda na relação com outros ao terem pares normativos porque muitos acabam por se juntar com jovens com comportamentos desviantes. É uma forma de educação informal porque lhes dá a conhecer outras coisas. Para a cuidadora de referência e entrevistada quatro sucesso é o miúdo que sai educado e que progrida na vida. Importante que no final das contas vale a pena as horas de sono perdidas com ele. Que esteja bem na vida que não dependa de ninguém, com trabalho e família. “Não quero que nada falte aos meus filhos”, um discurso que é gratificante

de ouvir quando eles crescem e formam as suas próprias família. A entrevistada número quatro identificou casos que considera de sucesso: dois jovens que acompanhou que foram para a faculdade. O que não queria estudar nem saber da escola tem três filhas das quais duas estão formadas e uma está no caminho para ir para a faculdade. Ele valorizou mais tarde a importância da escola quando teve filhas e reconheceu o empurrão que tinha recebido em criança.

Depois de todo o acompanhamento então como é medido o sucesso? Para entrevistada número três e psicóloga da Aldeia de Gulpilhares o sucesso é relativo e vai sempre depender de cada caso e de quem o está a avaliar devido aos seus valores pessoais. O sucesso pode passar por terminarem a escolaridade obrigatória, resolverem as suas questões emocionais, terem boas relações com os outros sejam elas amorosas e não só, frequentarem a escola regularmente. Se uma área já for melhorada já é um feito e o sucesso está nas pequenas vitórias que fazem toda a diferença. Para a cuidadora, o sucesso é estarem bem e autónomos sem necessitarem de acompanhamento e que possam construir as suas vidas com estabilidade e deem também aos seus filhos oportunidades e acesso a algo que muitas vezes eles não tinham. Então o sucesso pode não passar se o jovem irá ou não para a faculdade, mas sim também conquistas a nível pessoal, muitos podem acabar por fazer esse percurso de atingirem graus superiores outros a conquista pode ser a nível das relações que conseguem criar. O que se torna importante é então que estes jovens são participativos na sociedade e que possam usufruir dela sem constrangimentos e que tenham uma vida o mais normalizadora possível.

O grande foco dos objetivos desta investigação é a questão do sucesso e foi então possível verificar que o sucesso é algo relativo e vai sempre depender da perspetiva de quem o está a medir. As expectativas serão sempre que estas crianças e jovens consigam alcançar um futuro diferente àquele que inicialmente estaria traçado para eles, o importante é que tenham uma vida o mais normalizadora possível muito focada nas suas necessidades no presente. Ao trabalharem com foque no presente conseguem garantir melhores resultados para o futuro. Os percursos de sucesso passam então por uma visão caso a caso e pelas características de cada criança ou jovem. O que se procurou então foi que estas crianças e jovens pudessem traçar os seus próprios rumos de vida sendo orientadas para uma vida onde pudessem estar confortáveis, com trabalho, relações de amizade e também terem a oportunidade de formarem a sua própria família. O sucesso deixa de ser aquele que está previsto pelos parâmetros da sociedade, (o de aceder a bons cargos profissionais e a bens materiais) e passa a ser o sucesso dentro do que são inícios de vida mais conturbados.

CAPÍTULO 5

Conclusões

Dois dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são erradicar a pobreza (objetivo 1) e educação de qualidade (objetivo 4), então na agenda do desenvolvimento internacional são preocupações centrais.

A pobreza é por norma definida em termos da falta de rendimentos que assegurem mínimos que são necessários, contudo cada vez mais os teóricos têm olhado para a pobreza como um problema multidimensional. A tese do ciclo da reprodutiva da pobreza aponta-nos para como a própria situação de pobreza cria obstáculos que não são possíveis de ultrapassar e por isso a situação continua sempre em círculo. Esse ciclo passa por exemplo por rendimentos baixos que fazem com que a poupança seja muito difícil não existindo então a possibilidade de acumulação de capital e aumento de rendimentos.

A educação apresenta-se como uma necessidade que em si só também é básica e necessária a todos, isto porque aumenta o nível de conhecimento dos indivíduos ao mesmo tempo que os ajuda a encontrarem a sua identidade pessoal. Ao encontrarem essa identidade pessoal podem fazer escolhas que vão mais de acordo com aquilo que cada um se identifica. A educação leva à progressão económica isto porque permite uma maior produtividade do indivíduo.

Em suma, a relação entre estes dois conceitos de educação e pobreza resume-se no facto de a pobreza de educação levar a rendimentos mais baixos paradoxalmente melhoramentos na educação levam a redução dos níveis de pobreza (Tilak, 2009).

Para esta investigação a proposta foi tentar perceber como é que as Aldeias SOS contrariam o ciclo reprodutivo da pobreza. As Aldeias de Crianças SOS são uma instituição privada de solidariedade social (IPSS) presente em Portugal desde 1964 que acolhe crianças e jovens que não têm a possibilidade de crescer com as suas famílias biológicas. Com isto surgiu a questão de como neste modelo de acolhimento a educação formal e informal é tida em consideração e de que forma se tenta atingir o sucesso e não a reprodução de ciclos de pobreza. E foram então traçados os seguintes objetivos:

- Analisar as expectativas dos intervenientes (psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, cuidadoras de referência) das Aldeias SOS que fazem parte do processo de integração dos jovens;
- Identificar percursos de sucesso (social, académico...);
- Analisar diferentes estratégias implementadas nas Aldeias para valorizar a educação.

Com este trabalho foi possível identificar através de entrevistas a técnicos da Aldeia SOS de Gulpilhares os esforços que esta IPSS faz diariamente para dar a estas crianças e jovens a oportunidade de estudar. Muitos chegam ao acolhimento em situações de absentismo escolar e com reprovações e até alguns casos de analfabetismo então quando chegam algo que é de imediato trabalhado é o facto de serem inscritos numa escola que melhor se adequa às suas necessidades individuais de aprendizagem. E posteriormente todo o acompanhamento que é feito para que esse percurso seja completo, o objetivo final é que estes jovens completem o ensino obrigatório, ou seja, até ao décimo segundo ano. E que ao mesmo tempo completem o que é necessário, mas que isso vá de encontro aos interesses e características de cada um.

Outro fator crucial no processo formativo destas crianças e jovens passa por formar cidadãos plenos na sociedade e com papéis ativos. Devido ao passado familiar das crianças que são acolhidas muitos dos seus pais são subsídio-dependentes e muitos acabam por não ter participação ativa através de um trabalho, mas o que se tenta fazer com estes jovens é demonstrar-lhes a importância da autonomia e como é que eles a podem alcançar a partir do dia que venham a sair da Aldeia SOS e passem a ser independentes. Então é feito todo um trabalho de preparação no que toca à educação informal para que possam relaciona-se com outras pessoas e que criem laços positivos e formem relações.

Existindo a promoção na educação vai afetar diretamente os rendimentos destes jovens adultos quando ingressarem no mercado de trabalho. O trabalho qualificado é por norma melhor remunerado do que trabalho não qualificado, então eles podendo se especializar seja através de um curso profissional ou de um curso superior permite que possam aceder ao mercado de trabalho melhor preparados. E que tenham consciência do que é necessário para viverem e que o possam gerir da melhor forma.

Algumas dificuldades sentidas ao longo da investigação foram primeiramente a gestão do tempo da pesquisa e orientação de horário com os entrevistados. E também a gestão de toda a privacidade das crianças e dos jovens remeter os dados apresentados para casos sem muitos detalhes para que não fosse possível a identificação.

Para futuros trabalhos fica por analisar como é a situação nas restantes duas Aldeias SOS em Portugal, a de Bicesse (Cascais) e a da Guarda. E eventualmente também um estudo mais alargado a nível internacional, porque em alguns países a intervenção passa pela educação tendo por exemplo em Guiné-Bissau Escolas SOS.

Referências Bibliográficas

- Adeboye T., Guerreiro M. and Höjer I. (2019) “Unveiling the experiences of young people in foster care: Perspectives from Portugal and Nigeria”. *International Social Work* Vol. 62(I) 433-446
- Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional I.P. “Cursos de Educação e Formação”. Disponível em: <https://anqep.gov.pt/np4/cursos_educa%C3%A7%C3%A3o_forma%C3%A7%C3%A3o.html> Acesso em 30/10/2022
- Aldeias de Crianças SOS Portugal “História da Organização. A história das Aldeias de Crianças SOS em Portugal e no Mundo” Disponível em: <<https://www.aldeias-sos.org/quem-somos/organizacao>> Acesso a: 27/10/2021
- Amaro, R. (2003) “Desenvolvimento- um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. *Cadernos de Estudos africanos* nº4
- Amaro, R. (2017) “Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e ... Noflay”. *Cadernos de Estudos africanos* nº34
- Atkinson, P. et all, (2007 [1983]) “Ethnography. Principles in practice”. London, New York, Routledge [209-229]
- Bauer, P. T. (1965) “The Vicious Circle of Poverty”. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 95, 4–20.
- Brown P. (2008) “A Review of the Literature on Case Study Research”. *Canadian Journal for New Scholars in Education* Vol 1 Issue 1
- Carneiro, P. (2008) "Equality of opportunity and educational achievement in Portugal". *Portuguese Economic Journal*, 7(1):17-41
- Cansado T., (2008) «Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social », *e-cadernos CES* [Online], 02 DOI : 10.4000/eces.1387
- Coutinho C., (2011) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina
- Czech, K., (2015) “Official development aid as the contribution of the European Union to achieving sustainable development illustrated by the case of the Millennium Development Goals”. *Proceedings of the Multidisciplinary Academic Conference*. p42-50.

- Diário da República Eletrónico (1999) “Lei de protecção de crianças e jovens em perigo. Lei n.º147/99”, Disponível em <<https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/1999-34542475>> Acesso a 7/10/2022
- Ferreira, B., Raposo, R. (2017) “Evolução do(s) conceito(s) de Desenvolvimento. Um roteiro crítico”. Cadernos de Estudos africanos nº34
- Julius, M.K., Bawane, J. (2011) “Education and poverty, relationship and concerns. A case for Kenya” in *Problems of education in the 21st century* volume 32
- Kapur, R. (2020) “Meaning and significance of culture” , Research gate <https://www.researchgate.net/publication/344664806_Meaning_and_Significance_of_Culture> Acesso a 11/10/2022
- Kumar, S.; Kumar, N.; Vivekadhish, S. (2016) “Millennium Development Goals (MDGs) to Sustainable Development Goals (SDGs): Addressing Unfinished Agenda and Strengthening Sustainable Development and Partnership” Indian Journal of Community Medicine. Jan-Mar2016, Vol. 41 Issue 1, p1-4. 4p.
- Lima, J. (2013) “Por uma análise de conteúdo mais fiável”. Revista Portuguesa de Pedagogia ano 47-I. Imprensa da Universidade de Coimbra
- Mosley, P.& Verschoor, A. (2005) “Risk Attitudes in the Vicious Circle of Poverty”. The European Journal of Development Research.
- ONGD Plataforma Portuguesa, (2021) “A Educação e o compromisso da EU no combate à pobreza e às desigualdades”. Disponível em: <<https://www.plataformaongd.pt/noticias/a-educacao-e-o-compromisso-da-ue-no-combate-a-pobreza-e-as-desigualdades>> Acesso em 30/09/2022
- Organização das Nações Unidas (1948) “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Disponível em: <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos> Acesso em: 27/09/2022
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (2009) Lei n.º85/2009, de 27 de Agosto”. Disponível em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1750&tabela=leis&so_miolo= Acesso a 14 de novembro de 2022
- Rosenbaum, B. (2015) “Making the Millennium Development Goals (MDGs) Sustainable.” Harvard International Review. Fall2015, Vol. 37 Issue 1, p62-64.
- Sarmiento M., Veiga F. (2010) *Pobreza infantil- Realidades, Desafios, Propostas*. Edições Húmus

- Sen, Amartya (2000) *Development as freedom*, Aldred A. Knopf, inc.
- Setiawati,. (2020) “Family Role in Children’s Social Development”. Atlantis Press
- SOS Children’s Villages (2021) “International Annual Report”. Disponível em: <
<https://www.sos-childrensvillages.org/publications/annual-reports>> Acesso em
 17/01/2022
- SOS Children’s Villages (2016) “Learning and education for development. SOS Children’s Villages Position Paper”
- Spradley, J. (1979) “Interviewing an Informant” in *Ethnographic Interview*. Nova Iorque, Holt, Rinehart & Winston, pp. 461- 474.
- Tilak, J. (2009) “Education and Poverty”. *Journal of Human Development and Capabilities*. 3. 191-207
- Tilak J. (2002) “Education and Poverty”, *Journal of Human Development*, 3:2, 191-207
- UNESCO (2020) “Inclusion and education: All mean all” Global Education Monitoring Report. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- Williams, David (2014) “The Study of Development”, In Currie-Alder, B., R. Kanbur, D. M. Malone and R. Medhora (eds.), *International Development: Ideas, Experience and Prospects*, Oxford: Oxford University Press.

Anexo A – Transcrição das entrevistas

Entrevista à Diretora Nacional de Programas-Aldeias de Crianças SOS

Formada em Psicologia Clínica, Mestre em Psicologia Clínica Sistémica Familiar e Comunitária, Pós graduada em Coaching Psicológico.

Experiência profissional anterior: Psicóloga clínica na Associação Casa Estrela do Mar; psicóloga clínica externa na Faculdade de Psicologia UL; coaching psychologist numa clinica privada, psicóloga e diretora na associação Nós e elemento da comissão restrita na Comissão de Proteção de Crianças e jovens.

A intenção das Aldeias SOS é a reparação do trauma que pode ser feita através da educação.

Das três Aldeias que existem em Portugal a que seria mais interessante a nível dos estudos de caso seria a de Gulpilhares.

Caso de um jovem que tem ensino doméstico. (JP)

CASA – projeto da segurança social

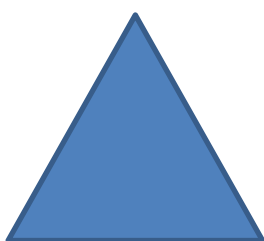
O sistema de educação atual não responde às necessidades de crianças com trauma seriam necessárias escolas e práticas informadas pelo trauma (trauma é uma resposta ao maltrato).

O olhar individualizado do acolhimento impacta a probabilidade de quebra do ciclo de pobreza.

Guarda- Neglicência / Estruturar – como é que a escola inverte isso

Risco – famílias com múltiplos problemas

Perigo – quando ocorre o maltrato – Aldeias SOS (Lei de Promoção e Proteção (nº147/99)



Tribunal

CPCJ (colaborativo)

Entidades de 1ª linha (escolas, IPSS, centros de saúde)

1. Superior interesse da criança
2. Privacidade, informação e participação
3. Prevalência da família/ continuação das relações profundas
 - Organização da estrutura do sistema português para proteger crianças em perigo

A maioria das crianças vêm de camadas mais desfavorecidas

Associada à pobreza estão muitos outros problemas

Visão – “cada criança pertence a uma família e cresce com amor, respeito e segurança”

Missão – “Cuidamos de crianças e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade, promovendo o seu desenvolvimento e autonomia, através do acolhimento em ambientes reparadores de cariz familiar e do fortalecimento das suas redes familiares, sociais e comunitárias.”

Valores – Coragem (agimos), compromisso (cumprimos), confiança (acreditamos), responsabilidade (somos parceiros de confiança)

Entrevista a Administrativa- Aldeia de Gulpilhares

- Apresentação e função dentro da Aldeia SOS de Gulpilhares

Administrativa, secretária

12º ano curso profissional técnica de contabilidade

Trabalha na Aldeia SOS de Gulpilhares há cerca de 20 anos

Solicitou anonimato e não permitiu a gravação da entrevista (foram tiradas notas à mão)

- Como descrevias melhor a tua função?

As suas funções na Aldeia passam por inúmeras tarefas, atendimento a pessoas que solicitam informações, controlo contabilístico, tudo o que envolva trabalho administrativo.

Em 20 anos viu inúmeras transformações ocorrerem na Aldeia, passando primeiramente pelo seu crescimento de uma equipa técnica de três pessoas para toda a Aldeia atualmente a equipa é substancialmente maior. No início existia o diretor, a assistente social e um psicólogo que tinham grande autonomia na tomada de decisões no que tocava ao cuidado destas crianças. Atualmente as pessoas envolvidas são mais assim como as entidades. Diariamente existem cuidadoras, educadores sociais que acompanham estas crianças, contudo as decisões não são apenas tomadas por eles. A Aldeia necessita de cumprir em primeira mão todas as diretrizes dadas pela segurança social (teve um grande impacto este maior controlo com novas normas e formas de fazer) que são implementadas pelo departamento nacional de programas sediado em Lisboa e depois sim aí chega às equipas “casa”.

Cada vez aumentou a procura por técnicos especializados que possam apoiar estas crianças em inúmeros tópicos diferentes o que antes não aconteciam as cuidadoras não sabiam responder a muitas questões e desafios que estas crianças tinham visto serem senhoras do meio rural muitas apenas com o quarto ano de escolaridade.

- Todos os jovens frequentam a escola?

Todos os jovens que estão na Aldeia frequentam a escola. Contudo existem problemas e alguns por vezes faltam às aulas ou não querem ir.

Jovem de etnia cigana que chegou à aldeia que não sabia ler nem escrever tinha 14/15 anos (atualmente já não está na aldeia porque fugiu da instituição e depois acabou por não retornar), esteve durante 2 a 3 anos e tinha ensino doméstico porque de outra forma não ia conseguir acompanhar as aulas da idade dele. Ele adaptou-se bem a essa forma de ensino, ia sempre às sessões e a própria professora adaptou a forma de ensino às suas necessidades, um grande interesse do jovem eram motores, carros e construir coisas em madeira então a professora adaptou o ensino aos seus gostos para que ele pudesse aprender da melhor forma. Esse mesmo jovem tem um irmão que ainda está na Aldeia que está muito bem inserido e ele frequenta a escola.

Quando as Aldeias surgiram existiam muitas cuidadoras que à altura se chamavam mães sos elas tinham a função de educar e passavam a educação que os seus próprios pais lhes tinham passado a estas crianças e jovens quando vieram os educadores sociais fizeram um reforço nesses processos visto que elas estavam “perdidas”, e por serem técnicos ajudaram e muito as cuidadoras nas questões para as quais elas não tinham solução visto que falamos de uma grande parte destas crianças tem problemas do foro mental. Todas as cuidadoras têm acesso ao processo individual de cada criança para conhecerem o seu percurso para as ajudarem da melhor forma.

- Como se caracteriza a situação familiar destas crianças e jovens?

Quase todas as crianças que chegam vinham de situações de pobreza ou carência económica que depois passar a situações de alcoolismo, drogas por exemplo daí algumas terem sido retiradas. São crianças de famílias destruturadas onde alguns jovens não iam à escola “porque os pais não sabiam que a escola era obrigatória”.

Claúdio- não queria ir à escola simplesmente porque estava a chover então a Marta levou-o pessoalmente à escola para que ele não faltasse!

Todas as crianças e jovens têm mesada e o valor altera consoante o nível de escolaridade. Jovens em cursos profissionais – 30€ e jovens na faculdade – 100€. Isto é uma forma de eles começarem a aprender a gerir o seu dinheiro e puderem ter acesso também aquilo que querem.

1. Qual as características das crianças acolhidas, quantas são?

Em outubro a aldeia tinha 13 jovens e mais 2 entrariam em novembro (que já estão confirmadas), todos eles são da zona do Porto (à 20 anos atrás os jovens de Lisboa iam para a Aldeia de Gulpilhares e os da zona do Porto iam para a Aldeia de Bicesse/Cascais com o

objetivo de limitar os contactos familiares). Todos os jovens na Aldeia têm menos de 18 anos, contudo um está prestes a completar.

Existe um jovem (Fábio) que possui um défice cognitivo e atualmente não existe staff qualificado na Aldeia para acompanhar a sua situação, ou seja, pessoas especializadas em crianças com deficiência- é um jovem órfão.

Duas pessoas com quem deveria falar:

- Celeste (cuidadora)
- Conceição (cuidadora)
- Ana (assistente social)

Entrevistado 1

- Apresentação e função dentro da Aldeia SOS de Gulpilhares

44 anos de Lisboa

Psicopedagoga na Aldeia SOS de Gulpilhares desde 2003 (19 anos), quando entrou foi a recibos verdes só mais tarde recebeu contrato e quando entrou não existiam psicólogos na Aldeia.

- Como descrevias melhor a tua função?

As suas funções foram sempre adaptando-se consoante as necessidades do momento visto que quando começou o número de técnicos era muito inferior e o número de utentes muito superior. As suas funções atualmente incluem o encaminhamento para consultas e diferentes terapias ou para EMAT (?) e tribunais assim como cuidado aos jovens. Também já foi gestora de caso, mas não o é atualmente.

- Que tipo de acompanhamento faz a estas crianças e jovens?

Como encarregada de educação de todas as crianças faz todo o acompanhamento escolar. Vai a todas as reuniões nas escolas e nessa função acha crucial apresentar o modelo de acolhimento às escolas para sensibilizá-las a olhar para estas crianças como a responsabilidade de todos de forma a terem um papel ativo. Estas crianças são “nossos” da sociedade apelando à responsabilidade de todos.

O objetivo é sempre estes jovens se tornem cidadãos participantes.

Com as escolas existe um contacto que é frequente é importante para Catarina estar dentro de tudo para também mostrar que as Aldeias estão interessadas nessa constante articulação porque

se torna importante a continuidade do que é feito dentro da Aldeia continue na escola e vice-versa. Exemplo de uma criança que teve uma noite que não correu bem é importante avisar a professora da situação para que o cuidado seja personalizado, para prevenir gatilhos de perturbação nas aulas.

Muitas das escolas não estão preparadas para as questões de saúde mental muitas vezes por serem turmas muito grandes não existem recursos suficientes.

Contou que um dia ficou na escola durante todo o tempo das aulas porque uma das crianças não podia continuar a assistir às aulas por mau comportamento e para não ser recompensada a ir para casa ficou com a Catarina na própria escola.

- Dentro do tópico da educação como consideras que estas crianças chegam à aldeia? Letradas? Analfabetas? Com dificuldades de aprendizagem?

Estas crianças chegam às aldeias em grande parte em absentismo escolar ou com idas pouco regulares isto era estimulado pela própria família que tinha um desinteresse escolar e então o investimento feito para que elas frequentassem a escola era pouco. Se as próprias famílias não procurarem ajuda a escola muitas vezes não se disponibiliza para.

Uma criança que chegou à Aldeia e frequentava o quinto ano, contudo não sabia ler nem escrever e não foi feita nenhuma avaliação por parte da escola para perceber se estaria no nível correto então continuou a avançar, isto criou uma sensação de desfasamento na criança.

A educação como uma preocupação central na medida em que permite a aquisição de competências essenciais para a autonomia deles. Mas essa criação de competências não precisa de ser necessariamente através da educação, mas também através de outras ações formativas desde workshops de cozinha e lides domésticas.

Antes de acolher esta criança existe sempre um contacto prévio com as escolas que eles frequentavam para recolher informação do seu percurso escolar. Exemplo de uma criança que estava no terceiro ano e lia mal- foi diagnosticada com dislexia sim ou não e o perceber o que foi feito atualmente está no quinto ano e perfeitamente adaptado. Os documentos escolares permitem perceber várias coisas desde questões de saúde e situação familiar.

- Que tipo de escolas frequentam estes jovens?

Consoante a situação da criança procura-se a melhor escola para eles, até a localização da mesma é tida em consideração para perceber se seria benéfico a autonomia na ida para a escola ou não. Estas escolas podem ser públicas ou privadas depende do perfil da criança visto que alguns precisam de ambientes mais restritos sem jovens com comportamentos desviantes e por

isso não precisam de ser perto da Aldeia. Até a estrutura física da escola é tida em consideração se é propensa a fugas ou não. Tenta-se não ter muitas crianças da Aldeia na mesma escola porque eles acabariam por se juntar e não conviver com os outros jovens, para que a experiência na escola seja o mais normalizador possível. É importante que a escola também tenha áreas que são de interesse para a criança ou jovem.

Grande parte dos jovens frequenta cursos CEF ou cursos profissionais visto que eles têm um período de reprovações então estes cursos CEF permitem fazer em 2 anos algo que por norma demoraria 3. Nem todos têm apetências para o estudo devido a dificuldades de leitura e interpretação por terem perdido os anos onde teriam essas bases isso leva a uma falta de motivação para o estudo. É importante não se sentirem diferenciados em relação aos outros colegas. Estes tipos de cursos permitem competências que são úteis desde matemática para a vida, português adaptado ao mercado de trabalho e permitem que as disciplinas tenham mais significado. Contudo mesmo assim nem todos acabam, mas também existem alguns que vão para o ensino superior.

Acredita da sua experiência que os que entram no acolhimento mais precocemente não adquirem tantas destas falhas no percurso escolar e acabam por ter mais motivação escolar.

- Como foi durante a pandemia de covid-19 onde eles não podiam se deslocar à escola?

O período da pandemia foi bastante desafiante e levou a um esforço adicional, o que foi feito foi dividir os jovens e crianças por salas consoante o ciclo escolar que frequentavam para que não se distraíssem uns aos outros e não tivessem falhas no acompanhamento, contudo a equipa técnica não são professores o que levou que durante esse período existisse uma falha na qualidade do ensino principalmente nos mais novos do primeiro e segundo anos. “Não sei ensinar a ler e escrever”

- Ao nível do dia a dia é importante a educação informal que é dada a criação de bons cidadãos ou a preocupação é mais a nível de bons resultados escolares?

No que toca à educação informal o foco é em formar bons cidadãos, participantes, ativos, ou seja, com trabalhos e também com família para que não perpetuem os ciclos de abandono (muitos tinham pais, avós que abandonaram). São nas ações do dia que se faz esta formação principalmente não apenas nos momentos de ação formal como os workshops. Todos os cuidadores e técnicos envolvidos no cuidado destas crianças têm passados diferentes então cada um deixa a sua mensagem, eles estão genuinamente preocupados isso faz com que eles fiquem

mais recetivos à ajuda e são as pequenas ações que contam mais seja fazer o jantar para eles por exemplo.

- Como se caracteriza a situação familiar destas crianças e jovens?

Em relação às famílias destes jovens, elas são a maioria economicamente vulneráveis (as que não são raramente chegam ao acolhimento). Famílias sem rotina que são desorganizadas com estilos de vida negligentes, muitas desempregadas e com dependências que leva a negligência nível da saúde e da escola (estes são os principais sinalizadores). Estas famílias também são subsídio-dependentes e como esse dinheiro não custa a ganhar e como não têm disciplina financeira e organização acabam por gastar nas dependências e são famílias que não têm elas próprias perspectivas de futuro. O álcool é dependência mais comum (também o tabaco).

Entrevistado 2

- Apresentação e função dentro da Aldeia SOS de Gulpilhares

Educador social (formação em educação social)

Pouco mais de 1 ano que trabalha na Aldeia de Gulpilhares

Experiência prévia nas Aldeias SOS mas como Recrutador Face to Face (projeto de angariação de fundos de doadores regulares)

- Como descrevias melhor a tua função? Que tipo de acompanhamento fazes a estas crianças e jovens?

Acompanha o dia a dia das crianças, garantindo que tudo lhes corre bem passa por gerir todos os assuntos relacionados com a casa e as crianças (escola, saúde, família...). A gestão do dia-a-dia de cada uma desde o acordar, preparar para a escola, dar refeições, brincar, ajudar em qualquer tarefa que ela precise, dar carinho, educar, entre outros.

- Dentro do tópico da educação como consideras que estas crianças chegam à aldeia? Letradas? Analfabetas? Com dificuldades de aprendizagem?

As crianças quando chegam à Aldeia chegam sempre com dificuldades de aprendizagem e em alguns casos analfabetas. O que tentam dar às crianças é oportunidades e a educação que elas merecem e não tiveram, preparando-as para o mundo em que vivemos.

- Como é feito o acompanhamento dos trabalhos de casa e preparação para exames? É feito por funcionários da Aldeia? Explicadores?

Se ainda não estiverem sinalizadas para um método de ensino especial, tentam sinalizar, ver qual a melhor escola para as suas necessidades, e têm também o apoio de uma professora na Aldeia que vai acompanhando todos os jovens, principalmente os que têm mais dificuldades, professora que se foca mais na questão do estudo desde trabalhos de casa, preparação para testes e exames. De qualquer maneira, cada um dos técnicos ajuda as crianças a estudar quando possível e quando necessário. Se sentirem que é necessário um explicador, inscrevem a criança/jovem em explicações

- Como foi durante a pandemia de covid-19 onde eles não podiam se deslocar à escola?

Durante a pandemia de covid 19 algumas escolas forneceram computadores e outras forneciam fichas de trabalho. Os jovens acordavam na mesma para ir para a escola, mas iam para o salão, onde tinham preparado um espaço semelhante ao de uma sala de aula. Eles punham os fones e tinham as suas aulas.

- Um caso ilustrativo de sucesso a nível escolar que tenhas acompanhado (sem referência a nomes).

A nível de situações de sucesso tiveram 2 jovens que fizeram escola, faculdade e estágio profissional enquanto moravam na aldeia

- Ao nível do dia a dia é importante a educação informal que é dada a criação de bons cidadãos ou a preocupação é mais a nível de bons resultados escolares?

Manuel acredita que o seu papel, é muito mais focado na educação informal, até porque a formal cabe mais aos professores. Neste sentido, está mais focado em educar crianças para que sejam bons adultos no futuro e quebrem o ciclo de negligência, maus-tratos e violência que sofreram. Obviamente que valoriza bons resultados na escola, mas como considera que não são esses resultados que definem uma pessoa, foca-se mais na sua área, em dar um bem-estar a cada criança e a prepará-los para o futuro.

- No modelo de acolhimento diferenciado destas aldeias o que consideras que mais contribui para as preocupações de educação a nível formal e informal?

Acredita que as boas relações que mantêm com as escolas, demonstram a preocupação a nível formal. Informal e não formal, têm muitas parcerias com outras associações/instituições/grupos onde arranjam vários projetos/workshops e ajudas nestes níveis mais informais.

Entrevistada 3

- Apresentação e função dentro da Aldeia SOS de Gulpilhares

24 anos

Formada em psicologia clínica e da Saúde pela Universidade do Porto.

Começou a trabalhar nas aldeias à dois anos inicialmente através de uma estágio curricular e depois como estágio profissional para que conseguisse completar a sua formação e pudesse aceder à ordem dos psicólogos. Na primeira fase inicial com orientação e na fase do estágio profissional como psicóloga da Aldeia.

Recentemente como uma especialização eu neurodesenvolvimento da criança e do jovem.

Outras experiências de estágio durante o curso: estágio no bairro do cerco; projeto ASAS de Ramalde; Conde Ferreira.

O foco sempre foi principalmente a intervenção com crianças em risco ou pessoas em situação de exclusão social ou dificuldades de desenvolvimento.

- Como descrevias melhor a tua função?

Consiste em sessões individuais de psicoterapia, sessões breves, terapias narrativas baseadas em histórias de vida de forma a resignificar essas mesmas histórias para que fiquem “bem arrumadas”.

Também reuniões com equipas Casa, definir planos de intervenção e projetos de vida sempre com o objetivo de que estas crianças e jovens fiquem o menos tempo possível na aldeia, com planos que podem passar ou pela adpção, reunificação familiar, autonomia ou irem para familiares mais próximos como tios ou avós.

Elaboração de relatórios para tribunal ou outros serviços (escolas, por exemplo), a articulação externa é muito importante visto que todos trabalham para estas crianças.

Tudo é documentado, faz diagnóstico inicial e todos os relatórios subsequentes para que todas as decisões sejam tomadas em conjunto com vários técnicos que trabalham para a mesma criança.

- Dentro do tópico da educação como consideras que estas crianças chegam à aldeia? Letradas? Analfabetas? Com dificuldades de aprendizagem?

Todos que chegam têm dificuldades em aprendizagem e necessitam de muito acompanhamento. Alguns em situação de absentismo escolar. Todos os pais desvalorizam o papel da educação. Uma situação recorrente são os jovens de etnia cigana chegam analfabetos. Existem mesmo jovens com défices cognitivos que não têm competências de aprendizagem, mas aí é uma questão biológica.

Existe muito desinteresse pela escola porque não foi explicado pelos pais a sua importância. Não veem sentido nem gosto pela aprendizagem. Muitos têm muita coisa na cabeça devido aos traumas, e devido ao excesso de emoções não têm disponibilidade para aprender. Muito já “perderam o comboio”, visto que perderam os primeiros anos de formação, ou seja, as bases e não conseguem focar-se nas aprendizagens. Quando não conseguem acompanhar e estar no nível dos colegas desmotivam. É importante incentivar as conquistas porque sem elas não existe gosto.

- Que medidas são implementadas quando estes jovens sentem dificuldades escolares?

As medidas dependem sempre de escola, de professor, do psicólogo de cada escola. Existe o currículo adaptado, contudo é muitas vezes necessário haver um forcing para que nas escolas seja sequer aprovado e reconhecido que o jovem ou criança necessita desse currículo adaptado e existe sempre alguma resistência nesse sentido. Muitas vezes existe uma professora de ensino especial para 100 alunos e existe a ideia de que apenas os casos graves são acompanhados pelo professor de ensino especial o que não é o caso e muitos acabam por apenas ter 30 minutos por semana de atenção então o acompanhamento acaba por falhar.

Existem 3 crianças da Aldeia numa escola privada o que tem custos muito elevados, contudo é um ensino mais individualizado com sensibilidade para as questões emocionais e para a motivação que no caso dos jovens no acolhimento é essencial e que no público não existe essa sensibilidade.

Na Aldeia existe uma professora que vai todas as tardes e funciona como uma explicadora que ajuda nos trabalhos de casa, preparação para testes e incentiva a atividades.

Exemplo de uma criança que escreve muito mal inclusive até o próprio nome que apenas agora irá ter acesso ao ensino adaptado o que é muito tarde.

As famílias não sabem pedir apoio e acabam por não ter acesso a ele. Os técnicos nesse sentido são uma mais valia visto que fazem muito forcing e mesmo assim às vezes sem sucesso.

- Um caso ilustrativo de sucesso a nível escolar que tenhas acompanhado (sem referência a nomes).

Três jovens acolhidos que foram para a faculdade, estiveram muito tempo no acolhimento, em média 10 anos. Dois acabaram o curso e prosseguiram para pós-graduação, 1 está empregado na área o outro está empregado, mas não na área. Um ainda está na faculdade a terminar com muito boas notas e envolvimento académico, mas já não está a ser acompanhado pelas Aldeias, está num apartamento de autonomia.

O sucesso pode ser também aqueles que terminam a escolaridade obrigatória visto que muitos estiveram em risco de não o conseguir. Por ser algo que toma muito esforço é uma grande vitória.

Contudo existem também casos de desistência/ abandono da escola visto que não conseguem valorizar a escola.

- Ao nível do dia a dia é importante a educação informal que é dada a criação de bons cidadãos ou a preocupação é mais a nível de bons resultados escolares?

É importante dar todas as oportunidades possíveis essa é a preocupação central.

Jovens chegam com problemas de comportamentos agressivos então é importante que saibam cuidar do outro, serem educados e cordiais. Dizem “não precisamos de engenheiros”, mas sim cidadãos que respeitem as regras da sociedade visto que muitos acabam por fazer o oposto não reconhecem o certo do errado. É importante ensinar-lhes outras formas de expressar sentimentos para não passarem aquilo que não é suposto e não serem agressivos.

Este trabalho é feito pelas cuidadoras e também pelos educadores que relembrar que eles não podem tudo por terem sofrido na vida.

Desenvolveram um projeto com os mais velhos que era uma intervenção em grupo que tinha como objetivo responder à pergunta: o que é ser autónomo? Dar-lhes as ferramentas num contexto mais informal e em grupo do que é ser um bom cidadão e uma pessoa com valores e empática.

Esta ação pode passar também por pequenas conversas “de corredor” a viagens de carro aos momentos das sessões de terapia.

Ensinar-lhes a dividir o lixo, a reciclar, a não desperdiçar porque são tudo coisas que fazem parte do desenvolvimento.

- Como se caracteriza a situação familiar destas crianças e jovens?

São famílias com escolaridade baixa, também eram outros tempos. Muitos apenas com a quarta classe, no máximo 5º/6º ano. Existem também um pai com o 12º que tem um pouco mais de dinheiro acabam por não ser só famílias pobres, existem algumas que vivem com o mínimo necessário e que as crianças são retiradas por situações de negligência. Todas desvalorizam a escola, podem até dizer que os filhos devem ir à escola, mas de uma forma punitiva, “tens que ir porque depois podes ficar de castigo” mas depois até dizem “mas ele só faltou um dia ou dois ou três”. São comportamentos que passam de geração em geração.

Famílias que recebem o RSI, sem outra forma de rendimentos, mas alguns também podem trabalhar.

Todas são resistentes à mudança e possuem baixas competências: parentais, de organização. Muitos problemas de saúde mental com ou sem diagnóstico e não estão disponíveis a ir fazer uma avaliação. Muito resistentes à intervenção e colocam nela uma visão negativa. Vêm de situações precárias e acreditam que tudo está bem e acham que as crianças são retiradas porque as casas não estão bem.

- Como é medido o sucesso?

O sucesso é relativo depende dos valores de quem está a medir esse sucesso.

Algo que pode ser visto como sucesso: amigos, um salário, relações positivas. Tudo isto seria ótimo, mas sem sempre acontece.

No trabalho feito pelas Aldeias escolhe-se um patamar que gostavam que o jovem atingisse sempre com uma perspetiva realista. E um objetivo consoante os recursos disponíveis e o trabalho que é necessário fazer.

Esses objetivos podem ser: terminar a escolaridade obrigatória; resolverem questões emocionais, estarem bem em muitas áreas como terem boas relações. Pode ser terem relações amorosas. O melhoramento de uma área que seja já é ótimo. Passarem a ir à escola. Tudo podem ser formas de sucessos visto que o ganho está nas pequenas vitórias.

As atividades extracurriculares (que podem ser hóquei, escuteiros, futebol, dança ou outros) ajuda na relação com outros ao terem pares normativos porque muitos acabam por se juntar com jovens com comportamentos desviantes. É uma forma de educação informal porque lhes dá a conhecer outras coisas.

Entrevistada 4

- Apresentação e função dentro da Aldeia SOS de Gulpilhares

63 anos natural de Cinfães Trabalha à 32 anos na Aldeia de Gulpilhares

Começou como Mãe SOS onde ficava 24 sob 24 anos com apenas 1 folga semanal e acompanhava 9 crianças na sua casa. Era dedicação total

- Como descrevias melhor a tua função?

Continua com turnos de 24 horas enquanto que outros cuidadores trabalham 8 horas apenas e existem três turnos ao dia. Continua a dormir na Aldeia mas trabalha 3 a 4 dias seguidos e depois tem mais esses dias de folga.

Os miúdos apegam-se mais a quem está mais tempo com eles. Desde que começou que já acompanhou cerca de 25. Muitos deles já estão casados e têm filhos. Uns estão melhores do que outros. E os miúdos de agora não são os mesmos de há 30 anos, são mais individualistas. A sociedade em si também está diferente. Eles são órfãos à mesma mesmo que tenham os pais porque passam anos sem os ver alguns, a dor aí é ainda pior.

As funções são de uma dona de casa. Limpar, arrumar, chamar as crianças à atenção. Ver se precisam de ir ao médico.

- Que tipo de acompanhamento fazes a estas crianças e jovens?

O acompanhamento é mais a nível emocional e de necessidades básicas. Acordar, dar-lhes as refeições, arrumar tudo. Tratar da roupa e passar a ferro. Por aí.

- Dentro do tópico da educação como consideras que estas crianças chegam à aldeia? Letradas? Analfabetas? Com dificuldades de aprendizagem?

Depende. Eles chegam à aldeia cada vez mais tarde. Muitos com 12/14 anos e já chegou 1 com 17 anos. A situação limite é irem para a Aldeia e o chegarem tão tarde não é muito favorável porque torna-se mais difícil de os acompanhar tão pouco tempo.

Alguns não iam à escola e a Segurança Social retira-os por isso mesmo. Exemplo de um jovem que tinha 17 anos e estava no quinto ano.

- Que medidas são implementadas quando estes jovens sentem dificuldades escolares?

As equipas técnicas e o diretor vão ver o que é preciso fazer. Os psicólogos seja a da Aldeia ou seja fora também.

- Como foi durante a pandemia de covid-19 onde eles não podiam se deslocar à escola?

Estavam com aulas online todos com computador.

A vantagem do espaço da Aldeia ser bom e terem ar livre e sentirem-se em casa facilitou a transição e adaptaram-se bem se estivessem num apartamento seria mais difícil.

- Um caso ilustrativo de sucesso a nível escolar que tenhas acompanhado (sem referência a nomes).

Dois jovens que acompanhou foram para a faculdade. O que não queria estudar nem saber da escola tem três filhas que duas estão formadas e uma está no caminho para ir para a faculdade. Ele valorizou mais tarde a importância da escola quando teve filhas e reconheceu o empurrão que tinha recebido em criança. Alguns criam os seus próprios negócios também.

Todos mantêm contacto com a cuidadora, uns mais do que outros.

- Ao nível do dia a dia é importante a educação informal que é dada a criação de bons cidadãos ou a preocupação é mais a nível de bons resultados escolares?

A importância de dar o exemplo, falar com eles. Os técnicos ajudam também nisso. Os educadores acompanham mais a escola mas sempre existem reuniões pergunta o que aconteceu para estar a par.

- Como é feito o acompanhamento dos trabalhos de casa e preparação para exames? É feito por funcionários da Aldeia? Explicadores?

É feitos pela professora da Aldeia mais os educadores.

- Como é monitorizado o seu sucesso?

Sucesso será o miúdo que sai educada e que progrida na vida. Importante que no final das contas vale a pena as horas de sono perdidas com ele. Que esteja bem na vida que não dependa de ninguém, com trabalho e família. “não quero que nada falte aos meus filhos”, um discurso que é gratificante de ouvir.

